

DAVID HARVEY

O NOVO IMPERIALISMO

Tradução
ADAIL SOBRAL
MARIA STELA GONÇALVES



Glória. 24 cópias

*Harvey D. in O novo imperialismo
SP, Loyola, 2004*

2

Como o poder norte-americano se expandiu

Imperialismo é uma palavra que sai facilmente da boca. Mas tem sentidos tão diferentes que seu uso é difícil sem que se dê dele uma explicação como termo antes analítico que polêmico. Defino aqui a variedade especial dele chamada "imperialismo capitalista" como uma fusão contraditória entre "a política do Estado e do império" (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e "os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo" (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia). Com a primeira expressão desejo acentuar as estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas e usadas por um Estado (ou por algum conjunto de Estados que funcionam como bloco de poder político) em sua luta para afirmar seus interesses e realizar suas metas no mundo mais amplo. Com esta última expressão, concentro-me nas maneiras pelas quais o fluxo do poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo, na direção de entidades territoriais (tais como Estados ou blocos regionais de poder) ou em afastamento delas mediante as práticas cotidianas da produção, da troca, do comércio, dos fluxos de capitais, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da transfe-

rência de tecnologia, da especulação com moedas, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais e assim por diante.

Aquilo que Arrighi denomina lógica "territorial" do poder e lógica "capitalista" do poder são lógicas que diferem muito entre si¹. Em primeiro lugar, as motivações e os interesses dos respectivos agentes divergem. O capitalista que dispõe de capital financeiro deseja aplicá-lo onde quer que possa haver lucro, e tipicamente busca acumular mais capital. Os políticos e homens de Estado buscam tipicamente resultados que mantenham ou aumentem o poder de seus próprios Estados diante de outros Estados. O capitalista procura as vantagens individuais e (embora de modo geral sujeito a restrições legais) só é responsável perante seu círculo social imediato, ao passo que o homem de Estado procura vantagens coletivas, vendo-se restringido pela situação política e militar de seu Estado, sendo em algum sentido responsável perante uma comunidade de cidadãos ou, o que é mais freqüente, perante um grupo de elite, uma classe, uma estrutura de parentesco ou algum outro grupo social. O capitalista opera no espaço e no tempo contínuos, enquanto o político opera num espaço territorializado e, ao menos nas democracias, no âmbito de uma temporalidade ditada por um ciclo eleitoral. Por outro lado, as empresas capitalistas vêm e vão, mudam de localização, se fundem entre si ou encerram as operações, mas os Estados são entidades de vida longa, não podem migrar e, exceto em circunstâncias excepcionais de conquista geográfica, estão confinados a fronteiras territoriais fixas.

Há outros contrastes entre essas duas lógicas. Ainda que haja grandes variações no grau e nas modalidades do envolvimento público, as políticas do Estado e do império do tipo por que ora passamos se acham abertas à discussão e ao debate. Tem-se de tomar decisões específicas como entrar ou não em guerra com o Iraque, fazê-lo unilateralmente ou não, resolver as dificuldades do pós-guerra etc. Entidades dedicadas à política externa e especialistas políticos/militares debatem essas questões, e seria de fato raro que não houvesse dissensões. Mas é necessário tomar decisões claras que exibem todo tipo de ramificações. Formulam-se e concretizam-se decisões estratégicas dotadas às vezes de enorme importância (e não poucas exibem por vezes estatelantes conseqüências não pretendidas) em meio às difíceis contingências do processo político, em que variegados interesses e opiniões entram em choque (em algumas ocasiões chegando mesmo a depender das crenças e do carisma particulares dos

ocupantes do poder, ou então do resultado dos conflitos de personalidade que opõem agentes influentes).

Os processos geográficos de acumulação do capital, por outro lado, são bem mais difusos e menos suscetíveis de decisões políticas explícitas nesses termos. A ação individual (usualmente comercial, financeira e corporativa) está em toda parte, e a forma molecular dá origem a múltiplas forças que se chocam entre si, por vezes contrariando e outras vezes reforçando certas tendências agregadas. É difícil administrar esses processos a não ser indiretamente e, mesmo assim, com freqüência somente depois do fato de tendências já estabelecidas. As estruturas institucionais contidas no Estado têm, como veremos, um influente papel a desempenhar no estabelecimento do cenário da acumulação do capital. E há a parafernália monetária e fiscal (do tipo que Alan Greenspan movimentava como diretor do Federal Reserve [o Banco Central norte-americano]), bem como uma gama de modalidades fiscais e monetárias de intervenção (incluindo modelos de taxaço, políticas redistributivas, o fornecimento pelo Estado de bens públicos e o planejamento direto) que situam claramente o Estado como poderoso agente econômico legitimamente constituído. Não obstante, mesmo em Estados autoritários ou em Estados apelidados de "em desenvolvimento" em virtude de suas fortes conexões internas entre as políticas estatais, os processos financeiros e o desenvolvimento industrial, verifica-se que os processos moleculares com freqüência escapam ao controle. Se decidiu comprar um Toyota em vez de um Ford, ou ver um filme de Hollywood em vez de um filme de Bollywood [a indústria cinematográfica indiana, de Bombaim + Hollywood], em que isso afeta o balanço de pagamentos dos Estados Unidos? Se transfiro dinheiro de Nova York para parentes necessitados no Líbano ou no México, em que isso afeta a balança de capitais entre nações? Parece impossível antecipar, e difícil até acompanhar, os fluxos de capital e os fluxos financeiros pelos estranhos meandros do sistema de crédito. Todo tipo de intangíveis psicológicos, como a confiança do investidor ou do consumidor, entram no quadro como forças determinantes. Foi assim que Keynes (apoiando-se secretamente em Marx) invocou "os espíritos animais" do empreendedor e as expectativas dos financistas como elementos cruciais para o vigor e a viabilidade do capitalismo. O melhor que se pode fazer é monitorar ansiosamente os dados depois dos eventos, na esperança de identificar tendências, prever sem garantias o que o mercado fará em seguida e aplicar algum corretivo para manter o sistema numa condição razoavelmente estável.

O fundamental é ver que as lógicas territorial e capitalista do poder diferem entre si. Porém é igualmente inegável que essas duas lógicas se

1. G. ARRIGHI, *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of our Times*, London, Verso, 1994, 33-34.

entrelaçam de formas complexas e por vezes contraditórias. A literatura sobre o imperialismo e o império supõe com demasiada frequência um fácil acordo entre elas: que os processos político-econômicos são guiados pelas estratégias do Estado e do império e que os Estados e os impérios sempre agem a partir de motivações capitalistas. Na prática, é muito comum que essas duas lógicas vivam em confronto em algumas ocasiões a ponto de um total antagonismo. Seria, por exemplo, difícil entender a Guerra do Vietnã ou a invasão do Iraque apenas em termos dos requisitos imediatos da acumulação do capital. Em verdade, pode-se alegar plausivelmente que esses empreendimentos antes inibem do que promovem as vicissitudes do capital. Todavia, da mesma maneira, é difícil entender a estratégia territorial geral de contenção do poder soviético pelos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial — a estratégia que criou as condições para a intervenção norte-americana no Vietnã — sem reconhecer a necessidade premente dos interesses comerciais dos Estados Unidos no sentido de manter a maior parcela possível do mundo aberta à acumulação do capital por meio da expansão das trocas, do comércio e das oportunidades de investimento externo. A relação entre essas duas lógicas deveria, pois, ser vista como problemática e muitas vezes contraditória (ou seja, dialética) em vez de cooperativa ou unilateral. Essa relação dialética cria o arcabouço para uma análise do imperialismo capitalista em termos da interseção dessas duas lógicas diferentes mas interligadas. A dificuldade que afeta análises concretas de situações reais é manter os dois lados dessa dialética em movimento simultâneo, sem cair no modo de argumentação puramente político ou predominantemente econômico.

Nem sempre é fácil determinar a importância relativa dessas duas lógicas na geração da mudança social e política. Terá a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas entrado em colapso por causa da decisão estratégica do governo Reagan de lançar-se a uma imensa corrida armamentista e quebrar a espinha dorsal de sua economia? Ou o que o provocou foram mudanças moleculares no interior do corpo político do sistema soviético (incluindo, por exemplo, a corrosiva influência do capital financeiro ou de formas capitalistas que entraram clandestinamente a partir do exterior)? Estaremos nós testemunhando agora alegações políticas abertas sobre o império e sobre o imperialismo que o acompanha no interior dos Estados Unidos no nível político e territorial, no próprio momento em que os fluxos de poder econômico e mesmo de influência cultural e moral se afastam de seus portos na direção de blocos difusos de poder regional (centrados, por exemplo, na Ásia ou na Europa)? Estaremos vendo a desintegração da hegemonia norte-americana no sistema

global e a ascensão de um “novo regionalismo” em termos de poder político-econômico no momento mesmo em que vemos os Estados Unidos agindo como se fossem a única superpotência a ser obedecida? Que perigos essa regionalização prenuncia, dado que o último período em que ela predominou foi a década de 1930 e dado que isso degenerou, sob pressões políticas e econômicas, numa terra global? Os Estados Unidos dispõem do poder de reverter ou controlar essa fragmentação regional? Essas são as grandes interrogações que tentarei abordar.

Vou me concentrar mais detidamente no modo exato de funcionamento dos processos moleculares de acumulação do capital no capítulo 3. Mas preciso dizer algo sobre eles aqui para especificar com maior clareza as restrições no âmbito das quais funciona a lógica territorial do poder. As práticas imperialistas, do ponto de vista da lógica capitalista, referem-se tipicamente à exploração das condições geográficas desiguais sob as quais ocorre a acumulação do capital, aproveitando-se igualmente do que chamo de as “assimetrias” inevitavelmente advindas das relações espaciais de troca. Estas últimas se expressam em trocas não-leais e desiguais, em forças monopolistas espacialmente articuladas, em práticas extorsivas vinculadas com fluxos de capital restritos e na extração de rendas monopolistas. A condição de igualdade costumeiramente presumida em mercados de funcionamento perfeito é violada, e as desigualdades resultantes adquirem expressão espacial e geográfica específica. A riqueza e o bem-estar de territórios particulares aumentam à custa de outros territórios. As condições geográficas desiguais não advêm apenas dos padrões desiguais da dotação de recursos naturais e vantagens de localização; elas são também, o que é mais relevante, produzidas pelas maneiras desiguais em que a própria riqueza e o próprio poder se tornam altamente concentrados em certos lugares como decorrência de relações assimétricas de troca. Esse é o ponto no qual a dimensão política retorna ao panorama. Uma das tarefas essenciais do Estado é tentar preservar o padrão de assimetrias espaciais de troca que seja vantajoso para ele. Se, por exemplo, as forças norte-americanas abrem mercados de capitais em todo o mundo por meio das operações do FMI e da OMC, a causa é que são esperadas vantagens específicas advindas disso para as instituições financeiras dos Estados Unidos. Em suma, o Estado é a entidade política, o corpo político mais capacitado para orquestrar esses processos. É provável que a incapacidade de fazê-lo resulte na diminuição da riqueza e do poder de Estado.

Há naturalmente boa parcela de desenvolvimentos geográficos desiguais fundados em parte em relações assimétricas de troca no interior dos Estados. Entidades políticas subnacionais, como governos metropolita-

nos ou regionais, envolvem-se de modo crucial nesse processo. Mas de modo geral não se chama isso de imperialismo. Embora alguns gostem de falar, com alguma justificação, de neocolonialismo interno ou mesmo de imperialismo metropolitano (da parte de Nova York ou de San Francisco), prefiro deixar o exame do papel que entidades regionais subnacionais podem ter no tocante ao imperialismo para uma teoria mais geral dos desenvolvimentos geográficos desiguais. O efeito disso é reservar o termo "imperialismo", ao menos *pro tem*², a uma propriedade das relações e dos fluxos de poder entre Estados no âmbito de um sistema global de acumulação do capital. Do ponto de vista da acumulação do capital, a política imperialista envolve, no mínimo, a manutenção e a exploração de quaisquer vantagens em termos de dotação de recursos e de assimetrias que se possa adquirir mediante o poder do Estado.

A lógica do território e a lógica do capital

Em todo momento histórico-geográfico dado, uma ou outra dessas lógicas pode predominar. A acumulação do controle sobre territórios como fim em si tem claramente conseqüências econômicas, que podem ser positivas ou negativas da perspectiva da extração de tributos, dos fluxos de capital, da força de trabalho, das mercadorias etc. Mas o quadro se altera substancialmente numa situação em que o controle territorial (que pode ou não envolver a apropriação e a administração concretas de território) é considerado um meio necessário da acumulação do capital. O que distingue o imperialismo capitalista de outras concepções do império é que nele predomina tipicamente a lógica capitalista, embora, como veremos, haja momentos em que a lógica territorial venha para o primeiro plano. Mas isso evoca então uma dúvida crucial: como pode a lógica territorial do poder, que tende a estar desajeitadamente fixada no espaço, reagir à dinâmica espacial aberta da acumulação interminável do capital? E que implicações tem esta última para a lógica territorial do poder? Inversamente, se a hegemonia no sistema mundial é uma propriedade de um Estado ou de um conjunto de Estados, como pode a lógica capitalista ser administrada de modo a sustentar o *hegemon* [líder]?

É lançada alguma luz sobre esse problema por uma arguta observação de Hannah Arendt: "Uma acumulação interminável de propriedade", escreveu ela, "tem de basear-se numa acumulação interminável de po-

2. Temporariamente. Em latim no original. (N.T.)

der... O processo ilimitado de acumulação do capital requer a estrutura política de um 'Poder ilimitado' em tal grau que seja capaz de proteger o aumento da propriedade pelo aumento constante de seu poder". Daí adveio, na opinião de Arendt, "a ideologia 'progressista' do final do século XIX", que "prenunciou a ascensão do imperialismo"³. Se, contudo, a acumulação do poder tem de acompanhar necessariamente a acumulação do capital, a história burguesa tem de ser uma história de hegemonias que exprimem um poder sempre mais amplo e continuamente mais expansivo. E é justo isso que Arrighi registra em sua história comparada da passagem das cidades-estado italianas às fases holandesa e britânica e à atual fase norte-americana de hegemonia global:

Do mesmo modo como, no final do século XVII e no começo do século XVIII, o papel hegemônico tornou-se demasiado amplo para um Estado com as dimensões das Províncias Unidas [da Holanda], assim também, no começo do século XX, esse papel tornou-se amplo demais para um Estado com as dimensões e os recursos do Reino Unido. Em ambos os casos, o papel hegemônico recaiu sobre um Estado — o Reino Unido no século XVIII e os Estados Unidos no século XX — que viera a gozar de uma substancial "renda protetora", ou seja, vantagens de custo exclusivas associadas com a insularidade absoluta ou relativa... Mas esse Estado era igualmente, em ambos os casos, dotado de peso suficiente na economia capitalista mundial para ter condições de inclinar o equilíbrio de poder entre Estados concorrentes na direção que julgasse adequada. E, como a economia capitalista mundial passara no século XIX por considerável expansão, o território e os recursos necessários para obter a hegemonia no começo do século XX eram bem superiores aos relativos ao século XVIII⁴.

Mas, se Arendt está certa, todo *hegemon*, a fim de manter sua posição com respeito à acumulação interminável do capital, tem de buscar sem cessar estender, expandir e intensificar seu poder. Há porém aí um risco sempre presente, porque, como adverte Paul Kennedy em *Ascensão e queda das grandes potências*⁵, o excesso de extensão e de abrangência tem mostrado repetidamente ser o calcanhar-de-aquiles dos Estados e impérios

3. Arendt, *Imperialism*, 23.

4. Arrighi, *The Long Twentieth Century*, 62.

5. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro, Campus, 1991. (N.T.)

hegemônicos (Roma, Veneza, Holanda, Grã-Bretanha)⁶. Sua advertência (em 1990) de que os próprios Estados Unidos estavam ameaçados, caso tenha sido escutada, foi esquecida devido ao fato de os Estados Unidos, na década posterior à obra de Kennedy, terem ampliado seus poderes militares e políticos até um ponto em que os riscos do excesso de abrangência se tornaram palpáveis. Isso evoca uma questão adicional: se os Estados Unidos já não são suficientemente amplos e dotados de recursos para administrar a economia mundial consideravelmente ampliada do século XXI, que tipo de acumulação de poder político — sob que tipo de estrutura política — será capaz de tomar seu lugar, dado que o mundo ainda se acha profundamente comprometido com a acumulação sem limites do capital? Voltarei a essa interrogação. Mas mesmo neste ponto podemos ver algumas possibilidades interessantes. Alguns alegam que o governo mundial é não apenas desejável como inevitável. Outros afirmam que algum conjunto de Estados, trabalhando em colaboração (de modo bem semelhante ao sugerido por Kautsky em sua teoria do ultra-imperialismo, e tal como vislumbrado em reuniões de organizações como o G-7 — agora G-8), poderia ter condições de regular as coisas. Poderíamos acrescentar a isso a idéia menos otimista de que, se por algum motivo vier a ser impossível construir essa acumulação ainda mais vasta de poder político, a acumulação ilimitada do capital provavelmente vai ceder lugar ao caos, encerrando a era do capital não com uma explosão revolucionária, mas numa torturada anarquia.

A hegemonia

Diante disso, o que constitui, em primeiro lugar, a hegemonia? O próprio uso que Gramsci fez do conceito era suficientemente ambíguo para dar margem a múltiplas interpretações. O termo se refere por vezes somente ao poder político exercido mediante a liderança e o consentimento dos governados, em oposição ao poder político exercido na forma de domínio via coerção. Em outras ocasiões, parece referir-se à combinação específica de coerção e consentimento inerentes ao exercício do poder político. Adiante vou me referir a esta última definição, mas vou interpretar hegemonia em larga medida em termos da primeira. Vou igualmente seguir a adaptação do conceito ao caso das relações interestados

6. P. KENNEDY, *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*, New York, Fontana Press, 1990.

feita por Arrighi: “A supremacia de um grupo ou, no caso, de uma nação-Estado, pode... manifestar-se de duas maneiras: como ‘dominação’ e como ‘liderança moral e intelectual’. Um grupo social domina grupos antagônicos, que ele tende a ‘liquidar’ ou a subjugar, talvez mesmo pela força armada; ele lidera grupos afins ou aliados”. Mas essa liderança pode assumir duas formas diferentes. Em virtude de suas realizações, “um Estado dominante se torna o ‘modelo’ a ser emulado por outros Estados e os atrai assim para seu próprio curso de desenvolvimento... Isso pode aumentar o prestígio e, por conseguinte, o poder do Estado dominante..., mas, na medida em que obtém algum grau de sucesso, essa emulação tende a contrabalançar e, portanto, antes a reduzir do que a aumentar o poder do *hegemon*, ao trazer à existência competidores do *hegemon* e reduzir assim o que há nele de ‘especial’”. Liderança, por outro lado, designa “o fato de um Estado dominante conduzir o sistema de Estados numa direção desejada e, ao fazê-lo, ser majoritariamente percebido como voltado para a promoção de um interesse geral. A liderança nesse sentido aumenta o poder do Estado dominante”⁷.

Um importante corolário dessa argumentação é a distinção entre poder “distributivo” e poder “coletivo”. Aquele tem o caráter de um jogo de soma zero em que a competição pode melhorar a condição do *hegemon* ao tirar o poder de outros ou ao liderar de alguma forma uma coalizão regional a fim de proporcionar mais benefícios a uma dada região. A recente retomada do interesse por *hegemons* regionais (o “modelo do bando de patos migratórios”, em que o Japão lidera o resto da Ásia, ou o modelo europeu, liderado por uma aliança franco-germânica) sugere que esse processo de redistribuição de poder talvez esteja desempenhando um papel bem mais importante na reorganização do capitalismo global do que o termo genérico “globalização” tende a deixar implícito⁸. Não obstante, ser de fato hegemônico num sentido global envolve o uso da liderança para criar um jogo de soma não-zero em que todas as partes se beneficiam, seja em termos de ganhos mútuos advindos de suas próprias interações (como as trocas comerciais) ou do aumento de seu poder coletivo diante da natureza, mediante, por exemplo, a criação e transferência de novas tecnologias, formas organizacionais e arcabouços infra-estruturais (como redes de comunicação e estruturas de direito internacional). Arrighi acen-

7. G. ARRIGHI, B. SILVER, *Chaos and Governance in the Modern World System*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1999, 26-28.

8. J. MITTELMAN, *The Globalization Syndrome: Transformation and Resistance*, Princeton, Princeton University Press, 2000, em especial parte II; Mittelman é um dos muitos autores que levam seriamente em conta a tese da regionalização.

tua que a acumulação de poder coletivo constitui a única base sólida da hegemonia no âmbito do sistema global. O poder do *hegemon* é contudo derivado de um equilíbrio sempre instável entre coerção e consenso e se exprime por meio dele.

Reflitamos por um momento no modo como têm funcionado essas categorias no caso dos Estados Unidos nos últimos cinquenta anos. Os Estados Unidos têm recorrido com frequência à dominação e à coerção, não hesitando em liquidar a oposição. Mesmo internamente, o país tem um histórico de intolerância que nega seu apego à sua Constituição e ao regime de direito. O macartismo, o assassinato ou a prisão de líderes dos Panteras Negras, os campos de concentração para japoneses na Segunda Guerra Mundial, a vigilância e a infiltração em grupos de oposição de todos os tipos e, agora, certa disposição para derrubar a Carta de Direitos mediante a aprovação do Patriot Act [Lei Patriota] e do Homeland Security Act [Lei de Segurança Doméstica]. Ele tem sido ainda mais intolerante no exterior, patrocinando golpes no Irã, no Iraque, na Guatemala, no Chile, na Indonésia e no Vietnã (para nos limitar a uns poucos), que provocaram milhares de mortes. Tem apoiado o terrorismo de Estado em todo o mundo, onde quer que lhe seja conveniente. A CIA e unidades das Forças Especiais agem em inúmeros países. O estudo desse histórico tem levado muitos a retratar os Estados Unidos como o maior “Estado irresponsável” da terra. Há um enorme esforço no sentido dessa caracterização, a começar por Chomsky, Blum, Pilger, Johnson e muitos outros⁹. Embora seja possível que só saibamos da metade das coisas, o surpreendente sobre os Estados Unidos é a quantidade de coisas que são tanto conhecidas como documentadas em fontes oficiais e quase oficiais, e quão tenebroso, desprezível e profundamente perturbador é o histórico assim registrado. A liquidação pode advir por uma variedade de meios. O poder econômico de dominar (como o embargo comercial ao Iraque e a Cuba, bem como os programas de austeridade do FMI implementados sob a égide do Tesouro Norte-Americano) pode ser usado com um efeito tão destrutivo quanto o da força física. Um exemplo disso é o papel destacado das instituições financeiras norte-americanas e do Tesouro Norte-Americano, apoiados pelo FMI, na provocação de uma violenta desvalorização dos ativos por todo o Leste e o Sudeste da Ásia, na criação do desemprego em massa e na efetiva reversão de anos de progresso social e econômico obtido por

imensas populações da região. Não obstante, boa parte da população norte-americana vive quer num estado de negação, recusando-se mesmo a ouvir falar dessas coisas, ou, quando ouve, aceitando passivamente liquidações e coerções como fatos da vida, como o custo normal de práticas comerciais fundamentalmente honestas num mundo sujo.

Mas o que os críticos que só se fixam nesse aspectos do comportamento dos Estados Unidos deixam com demasiada frequência de perceber é que a coerção e a liquidação do inimigo são apenas uma base parcial, e algumas vezes contraproducente, do poder americano. O consentimento e a cooperação têm a mesma importância. Se não se pudesse mobilizá-los internacionalmente e se não fosse possível exercer a liderança de uma maneira que gerasse benefícios coletivos, havia muito o país teria deixado de ser hegemônico. Os Estados Unidos têm pelo menos de agir de modo a tornar plausível para outros a alegação de que agem em favor do interesse geral mesmo quando, como muitas pessoas suspeitam, sua ação é motivada pelo estreito interesse próprio. Essa é a essência do exercício da liderança por meio do consentimento.

No tocante a isso, naturalmente, a Guerra Fria proporcionou aos Estados Unidos uma gloriosa oportunidade. O país, dedicado ele mesmo à acumulação ilimitada do capital, estava preparado para acumular o poder político e militar capaz de defender e promover esse processo em todo o globo, em oposição à ameaça comunista. Os proprietários privados de todo o mundo puderam unir-se, apoiar-se mutuamente e se abrigar por trás desse poder ao se verem diante da perspectiva do socialismo internacional. Os direitos à propriedade privada eram considerados um valor universal e proclamados como tais na Declaração de Direitos Humanos da ONU. Os Estados Unidos garantiram a segurança das democracias européias e ajudaram benevolmente a reconstruir as economias do Japão e da Alemanha Ocidental, devastadas pela guerra. Mediante sua política de “contenção”, estabeleceram tacitamente as fronteiras de seu próprio império informal (particularmente na Ásia) ao tempo em que se comprometiam a solapar por todos os meios possíveis o poder de seu grande competidor, o Império Soviético. Embora saibamos o suficiente sobre as decisões de política externa dos ocupantes do poder a partir dos anos Roosevelt-Truman para concluir que os Estados Unidos sempre põem à frente seus próprios interesses, foram produzidos benefícios suficientes para as classes de proprietários num número suficiente de países para tornar dignas de crédito as alegações norte-americanas de que o país agia em favor do interesse universal (leia-se “dos proprietários”) e para manter grupos subalternos (e Estados clientes) agradecidamente na linha. Essa

9. JOHNSON, *Blowback*; J. PILGER, *The New Rulers of the World*, London, Verso, 2002; W. BLUM, *Rogue State: A Guide to the World's Only Superpower*, London, Zed Books, 2002; e, evidentemente, N. CHOMSKY, 9-11, New York, Seven Stories Press, 2001.

“benevolência” é bem plausivelmente apresentada pelos defensores dos Estados Unidos em resposta a quem enfatiza a imagem de Estado irresponsável baseado na coerção. E também se acha enfatizada com bastante vigor na maneira como os Estados Unidos se vêem e se apresentam tipicamente ao resto do mundo, ainda que haja aí tanto techedura de mitos como revelação da verdade. O país gosta de pensar, por exemplo, que ele e só ele libertou a Europa do jugo nazista, apagando inteiramente o papel bem mais importante do Exército Vermelho e do cerco de Stalingrado na virada da mesa na Segunda Guerra Mundial. A verdade mais geral é que os Estados Unidos se envolvem simultaneamente tanto em práticas coercitivas como em práticas hegemônicas, embora o equilíbrio entre essas duas facetas do exercício do poder possa se alterar de acordo com o período e conforme quem ocupa o governo.

Os Estados Unidos vêm há muitos anos exercendo inegavelmente a liderança da parte do mundo dedicada à acumulação interminável do capital, tendo por conseguinte disseminado amplamente suas maneiras de fazer negócios. Claro que, no curso dos anos da Guerra Fria, eles não exerceram uma hegemonia verdadeiramente global. Tendo a ameaça do comunismo desaparecido por completo agora, é mais difícil de definir e manter o papel de liderança dos Estados Unidos. Essa é a questão que está sendo debatida, de forma não muito sutil, por quem deseja projetar o futuro do imperialismo e do império norte-americano sobre o mundo do século XXI. É igualmente a pergunta que fazem aqueles que vêm uma repartição regional de poderes como configuração alternativa dos arranjos políticos no âmbito das regras gerais da globalização neoliberal.

Não há igualmente dúvida de que a emulação tem tido um importante papel em questões globais. Boa parte do resto do mundo tem sido levada a embarcar política, econômica e culturalmente na globalização por meio da americanização. Mas quanto a isso afasto-me um pouco de Arrighi, pois não posso ver essa emulação como algo que sempre cria competição nem como sendo sempre um jogo de soma zero. A emulação do consumismo, dos modos de vida, das formas culturais e das instituições políticas e financeiras norte-americanas tem contribuído globalmente para o processo de acumulação interminável do capital. Podem de fato surgir situações em que a emulação leva ao acirramento da competição (como ocorre, por exemplo, quando Taiwan toma totalmente algum setor de produção dos Estados Unidos). E isso pode ter grandes impactos sobre a situação doméstica americana (como o ilustra o longo histórico de desindustrialização de áreas como as do aço, dos estaleiros e do setor têxtil do país). Mas considero importante distinguir esse de outros aspectos da

emulação que contribuem concretamente para a formação de maiores poderes coletivos.

O poder político é sempre constituído por alguma combinação instável de coerções, emulações e exercício da liderança mediante o desenvolvimento do consentimento. Esses são os meios. Mas que dizer das formas de poder que devem ser reunidas no âmbito da lógica territorial a fim de garantir sua capacidade de atender a seus interesses? Ativos intangíveis como prestígio, *status*, deferência, autoridade e influência diplomática têm de ter alguma base material em que se fundar. O dinheiro, a capacidade produtiva e a força militar são os três pilares em que se apóia a hegemonia no âmbito do capitalismo. Mas também aqui estamos diante de configurações mutáveis e instáveis. Pensemos, por exemplo, nas mudanças das bases materiais da hegemonia norte-americana a partir do final do século XIX.

A ascensão dos imperialismos burgueses: 1870-1945

Arendt afirma que o imperialismo surgido por volta do final do século XIX foi “antes o primeiro estágio do domínio político da burguesia do que o último estágio do capitalismo”¹⁰. Há substanciais dados a sustentar tal asserção. A primeira grande crise de sobreacumulação capitalista (definida primordialmente como um excedente de capital para o qual não há meios lucrativos de emprego — mas ver o capítulo 3 para um exame mais amplo) foi o colapso econômico, no nível de toda a Europa, do período 1846-1850, colapso que fez surgir movimentos revolucionários burgueses (tendo havido uma participação um tanto importante da classe trabalhadora) em todo o continente. A incorporação parcial da burguesia ao aparelho de Estado se realizou desde então de maneira desigual no território europeu. A saída dessa primeira crise capitalista foi um duplo movimento: investimentos infra-estruturais de longo prazo (do tipo formulado na teoria dos “gastos produtivos do Estado” que estavam na base da transformação de Paris por Haussman e da ampla atenção dada a programas de transporte, de água e esgoto e de investimentos em habitação e equipamentos públicos em muitos outros países europeus) e expansões geográficas concentradas particularmente no comércio atlântico (sendo os Estados Unidos um ponto de venda primordial). Porém, perto da metade da década de 1860, a capacidade de absorver excedentes de capital e de trabalho por esses meios estava se esgotando. A interrupção do comércio

10. Arendt, *Imperialism*, 18.

atlântico pela Guerra Civil norte-americana [a Guerra de Secessão] teve um sério impacto, e movimentos políticos internos (do tipo que originou a Comuna de Paris de 1871) criavam tensões internas por toda a Europa. Na esteira da Guerra Civil, surgiram também movimentos proletários nos Estados Unidos.

Os capitais excedentes da Europa, que o poder afirmativo da classe capitalista impedia crescentemente de encontrar usos internos, foram levados à força para o exterior a fim de mergulhar o mundo numa imensa onda de investimento e comércio especulativos, em particular a partir de 1870 ou perto disso. A lógica capitalista da busca daquilo que chamo, no capítulo 3, de “ordenações espaço-temporais”¹¹ passou a ocupar o primeiro plano em escala global. A necessidade de proteger esses empreendimentos externos, e mesmo de regular seus excessos, pressionou os Estados a responder a essa lógica capitalista expansionista. Para que essa resposta ocorresse, fez-se necessário que a burguesia, já detentora de poder nos Estados Unidos, consolidasse seu poder político perante formações de classe mais antigas e/ou dissolvesse formas imperialistas mais antigas (como as dos impérios Austro-Húngaro ou Otomano) ou os convertesse (como na Grã-Bretanha) a uma lógica definidamente capitalista. A consolidação do poder político burguês no âmbito dos Estados europeus foi portanto uma pré-condição necessária a uma reorientação da política territorial segundo os requisitos da lógica capitalista.

Mas a burguesia tinha recorrido à idéia de nação em sua ascensão ao poder. A onda de formação de nações-Estado ocorrida na segunda metade do século XIX na Europa (em particular na Alemanha e na Itália) apontava logicamente antes para uma política de consolidação interna do que para aventuras externas. Além disso, a solidariedade política pressuposta pela idéia de nação não podia ser estendida com facilidade àqueles que são “outros” sem diluir o que se supõe que a idéia de nação representa. A nação-Estado portanto não proporciona por si só uma base coerente para o imperialismo. Como poderia então o problema da sobreacumulação e da necessidade de uma ordenação espaço-temporal [*spatio-temporal fix*] encontrar uma resposta política adequada com base na nação-Estado? Essa resposta consistiu em mobilizar nacionalismo, jingoísmo [patriotismo chauvinista], patriotismo e, sobretudo, racismo para servir de base a um projeto imperial no qual os capitais nacionais — e dessa vez havia uma coerência plausível entre a escala do empreendimento capitalista e

11. Cf. *Espaços de esperança*, trad. Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Loyola, 2004. (N.T.)

a escala de ação das nações-Estado — pudessem assumir a liderança. Isso, como assinala Arendt, significou a suspensão da luta de classes interna e a construção de uma aliança entre aquilo que ela chama de “o populacho” [*mob*] e o capital no âmbito da nação-Estado. “Isso se afigurou tão antinatural em termos marxistas”, observa ela, “que os reais perigos da investida imperialista — de dividir a humanidade em raças de senhores e raças de escravos, em linhagens superiores e linhagens inferiores, em homens de cor e homens brancos, tudo isso esforços para unificar o povo com base no populacho — foram completamente desconsiderados.” Pode haver, diz ela, “um abismo entre nacionalismo e imperialismo” na teoria, “mas, na prática, ele pode e tem sido superado pelo nacionalismo tribal e pelo racismo puro e simples”¹². Não era naturalmente inevitável que esse fosse o resultado real. Seja como for, a luta contra isso acabou por fracassar, como demonstrou bem dramaticamente o colapso da Segunda Internacional Socialista quando cada ramo nacional seu se dispôs a apoiar seus respectivos países na guerra de 1914-1918. As conseqüências foram sobremodo terrificantes. Desenvolveu-se uma variedade de imperialismos burgueses fundados na nação e, por conseguinte, de caráter racista (britânico, francês, holandês, alemão, italiano). Afloraram também imperialismos de motivação industrial mas não burgueses no Japão e na Rússia. Todos esses imperialismos esposavam suas próprias doutrinas particulares de superioridade racial, a que se conferiu uma credibilidade pseudocientífica com base no darwinismo social e, de modo geral, passaram a ver a si mesmos como entidades orgânicas presas a uma luta pela sobrevivência com outras nações-Estado. O racismo, que havia longo tempo espreitava nos bastidores, passou então ao primeiro plano do pensamento político. Isso legitimou convenientemente a passagem àquilo que chamo no capítulo 4 de “acumulação via espoliação” (de povos bárbaros, selvagens e inferiores que fracassaram em criar a adequada combinação entre trabalho e terra) e à extração de tributos das colônias em algumas das formas mais opressivas e violentamente exploradoras de imperialismo já inventadas (sendo as formas belga e japonesa talvez as mais viciosas de todas). É também importante ver, como defende Arendt, o nazismo e o Holocausto como algo inteiramente compreensível no âmbito dessa trajetória histórico-geográfica, ainda que de modo algum determinados por ela.

A contradição subjacente entre nacionalismo burguês e imperialismo não podia ser resolvida enquanto a crescente necessidade de encontrar

12. Arendt, *Imperialism*, 32.

mercados para capitais excedentes pressionasse de várias maneiras o poder político em cada Estado imperialista no sentido da expansão do controle geográfico. O resultado geral, na tão acurada previsão de Lenin, foi cinquenta anos de rivalidade e guerra interimperialistas em que nacionalismos rivais tiveram proeminência. Suas características essenciais envolveram a divisão forçosa do globo em terrenos definidos de posse colonial ou de influência exclusivista (de modo mais dramático na apropriação da África a partir de 1885 e no acordo de Versailles na Primeira Guerra Mundial, incluindo a partição que impôs ao Oriente Médio entre protetorados franceses e britânicos), a pilhagem de boa parte dos recursos do mundo pelas potências imperiais e a instauração disseminada de virulentas doutrinas de superioridade racial — ações que se fizeram acompanhar de um fracasso total e previsível em resolver o problema do capital excedente no âmbito de domínios imperiais fechados, como demonstrou a Grande Depressão dos anos 1930. Veio então a conflagração global extrema de 1939-1945.

Embora suas primeiras fases tenham sido marcadas pela hegemonia britânica e por ao menos uma pequena parcela de livre comércio, creio que Arendt tem razão em ver o período que vai de 1870 a 1945 moldado exatamente no mesmo tecido dos imperialismos rivais fundados na nação, imperialismos que só poderiam funcionar mediante a mobilização do racismo e a construção de solidariedades nacionais favoráveis ao fascismo doméstico e sempre disposto ao confronto violento no exterior.

No meio de tudo isso, os Estados Unidos iam desenvolvendo sua forma personalizada de imperialismo. Alimentado por um notável surto de desenvolvimento capitalista depois da Guerra Civil, o país se tornava tecnológica e economicamente dominante com relação ao resto do mundo. Sua forma de governo, não afetada pelo ônus de resíduos feudais ou aristocráticos do tipo encontrado na Europa, refletia em larga medida os interesses de classe corporativos e industriais, tendo sido desde a independência burguês até a medula (como está formalizado em sua Constituição). Internamente, o poder político dedicava-se ao individualismo e se opunha profundamente a toda ameaça aos direitos inalienáveis à propriedade privada e à taxa de lucro. Tratava-se de uma sociedade imigrante multiétnica que tornava impossível o nacionalismo étnico do tipo presente na Europa e no Japão. Também havia nele de excepcional a posse de espaço abundante para a expansão interna, espaço no âmbito do qual tanto a lógica do poder capitalista como a lógica do poder político podiam dispor de margem de manobra. Sua própria forma internalizada de racismo (com relação aos negros e aos povos autóctones) tinha como paralelo

um antagonismo aos “não-caucasianos” de modo mais geral que evitou a tentação de absorver territórios (como os do México e da região do Caribe) de população majoritariamente não-caucasiana. A teoria do destino manifesto alimentou seu próprio gênero particular de racismo expansionista e idealismo internacional. A partir do final do século XIX, os Estados Unidos aprenderam gradualmente a mascarar o caráter explícito das conquistas e ocupações territoriais sob a capa de uma universalização não espacial de seus próprios valores, enterrada numa retórica que acabaria por culminar, como assinala Neil Smith, no que veio a ser conhecido como “globalização”¹³. Os Estados Unidos tiveram fases de emulação dos europeus, momentos episódicos em que a expansão geográfica parecia economicamente essencial, e já tinham declarado, havia muito tempo, por meio das várias formulações da Doutrina Monroe, que a totalidade das Américas deveria ser livre do controle europeu e, portanto, enquadrar-se de fato em sua própria [dos Estados Unidos] esfera de dominação. E era o sonho de Woodrow Wilson tornar a Doutrina Monroe universal. Não obstante, na América do Sul os Estados Unidos encontraram repúblicas que, tal como eles, se haviam libertado do jugo colonial por meio de guerras de independência. Viram-se portanto forçados a elaborar formas de dominação imperial que, respeitando nominalmente a independência desses países, os dominasse por meio de alguma combinação de relações comerciais privilegiadas, patronato, clientelismo e coerção encoberta. Ainda que em geral defendesse o princípio das “portas abertas” com relação ao comércio global, os Estados Unidos mostraram no entanto pouca inclinação ou uma real inclinação de pô-lo em vigor antes da Segunda Guerra Mundial. Eles se envolveram na Primeira Guerra Mundial, tiveram um importante papel na moldagem do acordo de Versailles, em que o princípio da autodeterminação nacional foi pelo menos reconhecido, ainda que não praticado (em particular com relação ao Oriente Médio), vivenciaram o trauma da Grande Depressão (que antes resultou de fracassos internos do regime de classe do que refletiu a falta de oportunidades de expansão geográfica do capital de base norte-americana) e foram atraídos para os conflitos globais subseqüentes advindos de rivalidades interimperialistas. Contudo, dadas as fortes correntes isolacionistas tanto na esquerda como na direita e um longo temor histórico aos envolvimento externos como algo contrário à sua própria forma de governo, os ímpetus imperiais foram ocasionais e limitados, de modo geral antes

13. N. SMITH, *American Empire: Roosevelt's Geographer and the Prelude to Globalization*, Berkeley, University of California Press, 2003.

encobertos do que declarados, de motivação mais política que capitalista, exceto no caso de corporações individuais com interesses externos particulares que mobilizavam desavergonhadamente o poder político para dar apoio a seus projetos específicos sempre e onde quer que fosse necessário. Os Estados Unidos ainda eram tanto um mercado potencial como um produtor de capital excedente, embora na década de 1930 tenham fracassado por completo na realização de suas potencialidades nesse âmbito, em larga medida devido à configuração interna de poder de classe que resistiu até aos modestos esforços feitos por Roosevelt, quando do New Deal, para resgatar a economia de suas contradições por meio de redistribuições de renda. A dificuldade de alcançar a coesão interna numa sociedade etnicamente variada marcada por um individualismo e uma divisão de classes intensos produziu aquilo que Hofstadter chama de “o estilo paranóide” da política norte-americana: o medo de algum “outro” (como o bolchevismo, o socialismo, o anarquismo ou simplesmente “agitadores externos”) tornou-se crucial para criar solidariedades políticas na frente doméstica¹⁴. A União Soviética e o bolchevismo foram assumindo cada vez mais o papel de principais vilões e inimigos (ficando o medo da China, incluindo a imigração chinesa, a espreitar nas coxias).

O histórico de pós-guerra da hegemonia norte-americana: 1945-1970

Os Estados Unidos saíram da Segunda Guerra Mundial como, de longe, a potência mais dominante. Eram líderes na tecnologia e na produção. O dólar (apoiado por boa parte do estoque de ouro do mundo) reinava supremo, e o aparato militar do país era bem superior a qualquer outro. Seu único oponente digno de nota era a União Soviética, que no entanto perdera vastos contingentes de sua população e sofrera uma terrível degradação de sua capacidade industrial e militar em comparação com os Estados Unidos. A União Soviética carregara o principal ônus da luta contra o nazismo e, ainda que possam restar dúvidas, o cerco de Leníngrado e a subsequente destruição de boa parte da capacidade militar da Alemanha na frente oriental foi crucial para a vitória dos Aliados. A demora em lançar uma segunda frente na Europa deixou Stalin enfurecido

14. R. HOFSTADTER, *The Paranoid Style in American Politics and Other Essays*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, ed. de 1996.

e pode ter sido ela mesma calculada pelos Estados Unidos e pela Inglaterra como forma de fazer que a União Soviética suportasse o grosso das batalhas. Contudo, a demora teve sérias conseqüências, pois permitiu que a União Soviética obtivesse inúmeros ganhos territoriais a que ela mais tarde se recusou a renunciar, tendo instalado regimes clientes por todo o Leste europeu, inclusive na Alemanha Oriental. Para a União Soviética, a defesa de seus interesses equivalia à defesa de seu controle territorial.

Durante a guerra, membros da elite no governo dos Estados Unidos e no setor privado esboçaram um plano de acordo pós-guerra que garantisse a paz, o crescimento econômico e a estabilidade. A ampliação territorial estava descartada nesse plano. Havia muito tempo era um princípio influente do pensamento e da prática políticos dos Estados Unidos, a partir de James Madison, que se devia evitar envolvimento externos porque eles solapariam a democracia no plano interno. A dificuldade consistia em transpor o hiato entre esse temor e o fato óbvio da dominação global norte-americana. Tanto quanto o imperialismo europeu recorrera ao racismo para dissolver a tensão entre nacionalismo e imperialismo, os Estados Unidos buscaram ocultar a ambição imperial num universalismo abstrato. Como observa Neil Smith, o efeito foi a total negação da importância do território e da geografia na articulação do poder imperial. Essa foi a passagem que Henry Luce fez em seu influente editorial de capa da revista *Life* em 1941, cujo título foi “O século americano”. Luce, que era isolacionista, considerou que a história concedera a liderança global aos Estados Unidos e que esse papel, embora lançado sobre o país pela história, tinha de ser ativamente acolhido. Como o poder conferido era antes global e universal do que territorialmente específico, Luce preferiu falar de um século americano e não de um império americano. Smith observa:

Enquanto a linguagem geográfica dos impérios sugere uma política maleável — os impérios ascendem e caem, estando sujeitos a contestação —, o “Século americano” sugere um destino inevitável. Na linguagem de Luce, esvaziava-se por antecipação qualquer contestação da dominância americana. Como se contesta um século? A dominância global dos Estados Unidos foi apresentada como o resultado natural do progresso histórico, implicitamente o pináculo da civilização européia, em vez de resultado competitivo do poder político-econômico. Era uma decorrência tão certa quanto a sucessão de séculos. Na medida em que

estava para além da geografia, o Século americano estava além do império e acima da reprovação¹⁵.

O fato dos ganhos territoriais e do poder em ascensão soviéticos se opôs ao “estilo paranóide” da política dos Estados Unidos e originou a Guerra Fria. No plano doméstico, isso levou às repressões conhecidas como “macarthismo”, que atropelaram as liberdades de expressão e impuseram firme oposição a tudo o que tivesse mesmo remotos ecos comunistas e socialistas. As influências radicais foram expurgadas dos sindicatos, e os partidos comunistas e outros partidos de esquerda, concretamente proscritos. A infiltração do FBI em tudo o que fosse considerado de oposição teve início a todo vapor. E tudo isso foi legitimado como algo vital à segurança interna dos Estados Unidos diante da ameaça soviética. Disso resultaram a conformidade política e a solidariedade no plano doméstico. Como diria Arendt, o Leviatã impôs a ordem ao caos potencial dos interesses individuais. O trabalho foi impelido e atraído a uma conciliação geral com o capital, com os salários associados a ganhos de produtividade (um modelo fordista considerado digno de emulação). Procurou-se obter o apoio da classe trabalhadora externa à política dos Estados Unidos em nome do anticomunismo e do auto-interesse econômico.

Nos assuntos externos, os Estados Unidos se apresentaram como o principal defensor da liberdade (entendida em termos de livres mercados) e dos direitos à propriedade privada. O país proporcionava proteção econômica e militar às classes proprietárias ou às elites políticas/militares onde quer que elas se encontrassem. Em troca, essas classes e elites se centravam tipicamente numa política pró-americana em todo país em que estivessem. Isso implicava a contenção militar, política e econômica da esfera de influência da União Soviética¹⁶. Os domínios imperiais dos Estados Unidos eram definidos em termos negativos: tudo o que não estava diretamente contido na órbita soviética (o que, aos olhos dos Estados Unidos, incluía a China muito antes de ela ter seguido seu próprio caminho distinto). Embora se aceitasse que o embate frontal com o império soviético era impossível, aproveitavam-se todas as oportunidades para solapá-lo — uma política que causou alguns desastres, pois os Estados Unidos apoiaram a ascensão do fundamentalismo *mujahedin* e islâmico a fim de atrapalhar os soviéticos no Afeganistão, para mais tarde ter de suprimir a influência *mujahedin* numa guerra ao terrorismo fundado no

fundamentalismo islâmico. Toda expansão de territórios sob controle soviético era vista como séria perda — de que decorreram as intensas recriações acerca de “quem perdeu a China” para Mao e o uso dessa acusação para acirrar os ataques de McCarthy.

Dois princípios cardinais da prática estratégica interna tinham sido definidos no curso da Segunda Guerra Mundial, e permaneceriam desde então inscritos em pedra: a ordem social dos Estados Unidos tem de permanecer estável (não serão toleradas redistribuições radicais de riqueza ou de poder, nem contestações ao controle de classe da elite e/ou capitalista), e tem de haver uma contínua expansão da acumulação do capital e do consumo domésticos para garantir a paz, a prosperidade e a tranquilidade internas¹⁷. Os envoltimentos externos não deveriam interferir no consumismo doméstico: daí a preferência pelo que Ignatieff denomina “império leve”. Os Estados Unidos usaram seu poder militar superior para proteger regimes clientes de todo o mundo que fossem favoráveis aos interesses do país. A derrubada de Mossadegh, que nacionalizara os campos petrolíferos do Irã, sua substituição pelo xá em 1953 (tudo com a ajuda da CIA) e o subsequente emprego deste último para cuidar dos interesses norte-americanos na região do Golfo foram um exemplo típico dessa abordagem. Em arenas geopolíticas essenciais, tais como os Estados que se achavam na zona de influência imediata da União Soviética, os Estados Unidos usaram seu poder econômico para construir economias fortes fundadas em princípios capitalistas (o que gerou o Plano Marshall para a Europa e o forte apoio ao Japão, a Taiwan, à Coreia do Sul e a outros Estados vulneráveis que se achavam na linha de frente no tocante ao poder soviético). O acesso ao Oriente Médio, com suas reservas de petróleo, também era essencial. (Roosevelt, embora doente, insistiu em fazer uma escala para entabular conversações com os sauditas e outros sobre a importância de manter os fluxos de petróleo sem interrupções quando voltava da Conferência de Yalta.)

Os Estados Unidos puseram-se à frente dos acordos de segurança coletiva, usando a Organização das Nações Unidas e, o que é ainda mais relevante, alianças militares como a OTAN [Organização do Tratado do Atlântico Norte] a fim de limitar a possibilidade de guerras intercapitalistas e combater a influência da União Soviética e, mais tarde, da China. Usaram seu poder militar, operações secretas e todo gênero de pressões econômicas para garantir a criação ou a continuidade de governos amigos.

15. SMITH, *American Empire*, p. 20.

16. The Editors, “U.S. Imperial Ambitions and Iraq”, 3-13.

17. Trata-se de uma tese central no trabalho de W. A. WILLIAMS, *Empire as a Way of Life*.

Com esse fim, estavam dispostos a apoiar a derrubada de governos democraticamente eleitos e a participar direta ou indiretamente de táticas de liquidação dos que eram tidos como opostos aos interesses norte-americanos. Eles o fizeram no Irã, na Guatemala, no Brasil, no Congo, na República Dominicana, na Indonésia, no Chile e assim por diante. Intervieram eleitoral ou encobertamente em dezenas de outros países de todo o mundo. Mas foram derrotados na China e em Cuba, e insurreições comunistas pulularam alhures à medida que o modelo soviético se consolidava como meio de promoção de uma rápida modernização sem o regime da classe capitalista.

No âmbito do “mundo livre”, os Estados Unidos buscaram construir uma ordem internacional aberta ao comércio e ao desenvolvimento econômico, bem como à rápida acumulação do capital em termos capitalistas. Isso exigiu o desmantelamento dos antigos impérios baseados na nação-Estado. A descolonização requereu a formação de Estados e o autogoverno ao redor do globo. Os Estados Unidos modelaram em ampla medida suas relações com esses Estados recém-independentes em sua experiência de negociação com as repúblicas independentes da América Latina no período pré-guerra. Relações privilegiadas de comércio, clientelismo, patronato e coerção encoberta — essas foram, como vimos, as principais armas de controle. E os Estados Unidos distribuíram essas armas bilateralmente, país por país, posicionando-se, por conseguinte, como um eixo central de ligação de vários raios que os ligava a todos os outros Estados ao redor do mundo. Era possível conter toda ameaça de ação coletiva contra o avassalador poder dos Estados Unidos mediante uma estratégia de dividir para governar que empregava ligações individuais para limitar a autonomia coletiva, mesmo quando, como no caso da Europa, se estavam dando passos na direção da união.

Instaurou-se um arcabouço internacional de comércio e desenvolvimento econômico no interior e entre esses Estados independentes por meio do Acordo de Bretton Woods, a fim de estabilizar o sistema financeiro mundial, o que se fez acompanhar por toda uma bateria de instituições, como o Banco Mundial, o FMI, o Banco Internacional de Compensações, na Basileia, e da formação de organizações como o GATT [Acordo Geral de Tarifas e Comércio] e a OCDE [Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico], projetadas para coordenar o crescimento econômico entre as potências capitalistas avançadas e levar o desenvolvimento econômico de estilo capitalista ao resto do mundo não-comunista. Nessa esfera, os Estados Unidos eram não só dominantes como hegemônicos, no sentido de sua posição como Estado superimperialista

basear-se na liderança em favor das classes proprietárias e das elites dominantes onde quer que existissem. Na verdade, os Estados Unidos estimularam ativamente a formação e a assunção de poder dessas elites e classes por todo o mundo: o país se tornou o principal protagonista da projeção do poder burguês por todo o globo. Armado com a teoria das “etapas” do desenvolvimento econômico de Walt Rostow¹⁸, empenhou-se em promover a “decolagem” do desenvolvimento econômico que promoveria o ímpeto de consumo de massa numa base país a país a fim de afastar a ameaça comunista¹⁹.

Mas o desmantelamento dos imperialismos baseados na Europa também implicou desautorizar formalmente o racismo que permitira a reconciliação do nacionalismo com o imperialismo. A Declaração de Direitos Humanos da ONU e vários estudos da UNESCO negaram a validade do racismo e buscaram fundar um universalismo da propriedade privada e dos direitos individuais apropriado a uma segunda etapa de regime político burguês. O funcionamento disso exigiu que os Estados Unidos se descrevessem como o pináculo da civilização e um bastião dos direitos individuais. Foi preciso cultivar e projetar no exterior o pró-americanismo. E assim teve início o amplo ataque cultural aos valores europeus “decadentes” e a promoção da superioridade da cultura americana e dos “valores americanos”. Empregou-se o poder do dinheiro para dominar a produção cultural e influenciar os valores culturais (essa foi a época em que Nova York “roubou” de Paris a idéia de arte moderna²⁰). O imperialismo cultural tornou-se importante arma na luta para afirmar a hegemonia geral. Hollywood, a música popular, formas culturais e até movimentos políticos inteiros, como o dos direitos civis, foram mobilizados para promover o desejo de emular o modo americano de ser. Os Estados Unidos foram concebidos como um farol da liberdade dotado do poder exclusivo de engajar o resto do mundo numa civilização duradoura caracterizada pela paz e pela prosperidade.

Mas os Estados Unidos também passaram a ser vistos como a principal máquina de acumulação do capital, máquina capaz de arrastar o resto do mundo em seus trilhos. Amplas transformações internas de sua própria economia (de que se viram meros indícios durante o New Deal dos anos 1930) assumiram grande importância global devido às opor-

18. Autor, entre outras obras, de *As teorias de crescimento econômico do pós-guerra*. (N.T.)

19. W. W. Rostow, *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*, Cambridge, Cambridge University Press, ed. de 1966.

20. S. GUILBAUT, *How New York Stole the Idea of Modern Art*, trad. de A. Goldhammer, Chicago, University of Chicago Press, ed. de 1985.

tunidades de mercado a que deram origem. Investimentos na educação, no sistema de estradas interestaduais, a expansão da suburbanização e o desenvolvimento das regiões sul e oeste absorveram vastas quantidades de capital e de produtos nas décadas de 1950 e 1960. O Estado norte-americano, para o pesar de neoliberais e conservadores, tornou-se nesses anos um Estado desenvolvimentista. Excetuando umas poucas áreas-chave, como os recursos estratégicos, os Estados Unidos não se apoiavam muito na extração de valor do resto do mundo. A proporção do crescimento do PIB atribuível ao comércio externo permaneceu abaixo de 10 por cento até a década de 1970. Embora houvesse algumas operações externas, como a ITT (International Telephone and Telegraph) no Chile (um de cujos diretores fora diretor da CIA) ou a United Fruit na América Central, que exerciam considerável influência sobre a política externa norte-americana nessas regiões, o imperialismo econômico dos Estados Unidos era bastante restrito, exceção feita a minerais estratégicos e ao petróleo. Na medida em que era necessária uma dialética exterior, esta apontava para as partes já desenvolvidas do mundo capitalista. O investimento externo direto era carreado para a Europa, levando os europeus a ficar obcecados com a contenção daquilo que Servan-Schreiber denominou "o desafio americano"²¹. Em troca, contudo, os Estados Unidos abriram seu mercado a outros países e proporcionaram uma demanda efetiva de produtos da Europa e do Japão. Por todo o mundo capitalista houve um forte crescimento. A acumulação do capital seguiu o mesmo ritmo por meio da "reprodução expandida". Os lucros eram reinvestidos tanto no crescimento como em novas tecnologias, capital fixo e amplas melhorias infra-estruturais²². Mantiveram-se contudo os controles do período precedente sobre as saídas de capital (e não de mercadorias), particularmente na Europa. Isso deu a Estados individuais considerável poder discricionário sobre as políticas fiscal e monetária. O papel da especulação financeira permaneceu relativamente estático e territorialmente confinado. Esse contexto "keynesiano" dos gastos do Estado era coerente com uma dinâmica de luta de classes no interior de nações-Estados individuais com respeito a questões distributivas. Essa foi uma época em que o trabalho organizado se tornou bem forte e surgiram em toda a Europa Estados socialdemocratas de bem-estar social. O salário social veio a ser objeto de luta mesmo dentro dos Estados Unidos, e o trabalho organizado obteve

21. J. J. SERVAN-SCHREIBER, *American Challenge*, New York, Scribner, 1968.

22. P. ARMSTRONG, A. GLYN, J. HARRISON, *Capitalism since World War II: The Making and Break Up of the Great Boom*, Oxford, Basil Blackwell, 1991.

várias vitórias importantes no país com respeito a níveis salariais e padrões de vida.

Assim, o período que vai de 1945 a 1970 foi a segunda etapa do regime político da burguesia funcionando sob a égide do domínio e da hegemonia globais norte-americanos, que promoveram uma época de notável crescimento econômico consistente nos países capitalistas avançados. Estabeleceu-se um coeso grupo global tácito envolvendo todas as grandes potências capitalistas, com os Estados Unidos num claro papel de liderança, a fim de evitar guerras intestinas e partilhar os benefícios de uma intensificação de um capitalismo integrado nas regiões nucleares. A expansão geográfica da acumulação do capital foi garantida mediante a descolonização e o "desenvolvimentismo" como meta generalizada para o resto do mundo. A reprodução expandida parecia funcionar muito bem, chegando mesmo a provocar efeitos secundários fora do núcleo, se bem que de modo atenuado e desigual, por todo o mundo não-comunista. Internamente, o crescente poder do trabalho no âmbito do pacto capital-trabalho significou a extensão dos benefícios do consumismo às classes inferiores e mesmo a algumas minorias (embora não de maneira suficiente, como provaram as manifestações urbanas dos anos 1960). O problema da sobreacumulação do capital, embora sempre ameaçador, foi contido até o final dos anos 1960 por uma mistura de ajustes internos e de ordenações espaço-temporais tanto dentro como fora dos Estados Unidos. Esperava-se que essas estratégias permitissem ao sistema superar os problemas econômicos que haviam perturbado os anos 1930 e protegessem da ameaça do comunismo.

Mas essa segunda etapa não esteve isenta de contradições. Em primeiro lugar, a recusa formal do racismo no nível internacional criou todo tipo de dificuldades internas para os Estados Unidos, em que a discriminação racial imperava. O movimento dos direitos civis, que acabou por servir de modelo a boa parte do resto do mundo, teve como origem uma dinâmica interna, o mesmo ocorrendo com os levantes urbanos liderados por negros nos anos 1960; mas também tinha uma dimensão internacional na medida em que o universalismo dos direitos humanos conflitava com práticas internas e na medida em que diplomatas "de cor" que iam da ONU em Nova York para Washington D.C. se viram impedidos de hospedar-se em hotéis. A seletividade racional da política de imigração norte-americana também se viu atacada. Os fluxos migratórios para os Estados Unidos começaram a mudar de caráter.

Em segundo lugar, como veremos no capítulo 3, a política de mercado aberto tornava os Estados Unidos vulneráveis à competição interna-

cional. Os fluxos de capital no período estavam fortemente concentrados no mundo capitalista avançado (mais intensamente nos países da OCDE). A Alemanha Ocidental e o Japão, em particular, promoveram fortemente seu poder econômico para se contrapor ao domínio norte-americano na produção no curso da década de 1960. À medida que a capacidade de absorção interna de capitais excedentes dos Estados Unidos começou a estagnar, no final da década de 1960, a sobreacumulação surgiu como problema e a competição econômica se acirrou.

Em terceiro lugar, sempre que havia um conflito entre a democracia, de um lado, e a ordem e a estabilidade assentada nos interesses dos proprietários, do outro, os Estados Unidos sempre optaram por estes últimos. Logo, o país passou da posição de patrono dos movimentos de libertação nacional a opressor de todo movimento democrático ou populista que buscasse mesmo um caminho suavemente não-capitalista (para não falar de socialista ou comunista) para a melhoria do bem-estar econômico. Tentativas socialdemocratas ou populistas de modificação do capitalismo eram com frequência impiedosamente esmagadas (como aconteceu com Bosch na República Dominicana, Goulart no Brasil e, eventualmente, Allende no Chile). Mesmo na Europa, os Estados Unidos fizeram tudo o que puderam para solapar o socialismo e até, em algumas ocasiões, para subverter a socialdemocracia. E regimes cruelmente ditatoriais, como o da Argentina nos anos 1970, o dos sauditas, o do xá do Irã e o de Suharto na Indonésia, receberam o apoio incondicional do poder econômico e militar norte-americano porque eram favoráveis aos seus interesses. O crescente ressentimento pelo aprisionamento numa situação espaço-temporal de perpétua subserviência ao centro também desencadeou movimentos antidependência por todo o mundo em desenvolvimento. Lutas de libertação nacional e de classe no mundo em desenvolvimento foram levadas cada vez mais a adotar uma política antiamericana. A antidependência se fundiu com o anticolonialismo para definir o antiimperialismo. Em todas essas lutas, a territorialidade do poder político tinha tanta importância para a manutenção da hegemonia norte-americana como tivera para os impérios europeus anteriores. Os Estados Unidos não adquiriram sua estatura imperial, como afirma Ignatieff, por meio da negação: eles simplesmente usaram a negação da geografia e a retórica da universalidade para esconder, mais deles próprios do que dos outros, seus envoltórios territoriais.

O quarto aspecto é que o efeito da Guerra Fria e desses envoltórios externos foi a assunção do poder pelo que o presidente Eisenhower denominou, em seu discurso de despedida, um “complexo industrial-militar”

perigosamente forte. Esse complexo ameaçou dominar a política por meio de sua influência penetrante e buscar a realização de seus próprios interesses restritos exagerando ameaças e manipulando crises externas a fim de implantar uma economia de guerra permanente que o tornasse ainda mais poderoso. A sobrevivência econômica das indústrias da defesa requeria uma florescente atividade de exportação de armamentos. Isso veio a ter um papel fundamental na acumulação do capital norte-americano, mas também resultou na excessiva militarização do resto do mundo.

Essa segunda etapa do regime global da burguesia acabou por volta de 1970. Os problemas eram múltiplos. Havia em primeiro lugar o clássico problema de todos os regimes imperiais — a abrangência excessiva. A contenção do (e o esforço de subverter o) comunismo mostrou-se bem mais custosa do que os Estados Unidos esperavam. Os crescentes custos do conflito militar no Vietnã, quando associados à regra de ouro do consumismo doméstico interminável — uma política de “armas e manutenção” [*slogan* do presidente Johnson] —, mostraram-se de impossível manutenção, dado que os gastos militares fornecem apenas canais de curto prazo para o capital excedente e pouco contribuem para o alívio de longo prazo das contradições internas da acumulação do capital. O resultado disso foi uma crise fiscal do Estado desenvolvimentista no interior dos Estados Unidos. A resposta imediata foi o uso do direito de *seigniorage*²³ e a impressão de mais dólares²⁴.

Disso resultaram pressões inflacionárias mundiais. A consequência, como veremos no capítulo 3, foi uma explosão da quantidade de capital “fictício” em circulação, desprovida de qualquer perspectiva de resgate, uma onda de falências (cujo foco inicial foram ativos no ambiente construído), pressões inflacionárias incontíveis e o colapso das estruturas internacionais fixas que eram a base do superimperialismo norte-americano a partir da Segunda Guerra Mundial. Entrementes, o crescente poder do trabalho organizado por todos os Estados nucleares do sistema global elevou o nível de gastos sociais, bem como os custos com salários, o que implicou a redução de lucros. Disso decorreu a estagflação. As oportunidades de lucro desapareceram, e surgiu uma crise de sobreacumulação do capital. O endividamento crônico em que muitos governos caíram devido a vastos investimentos em infra-estruturas físicas e sociais produ-

23. O direito de *seigniorage* é o lucro obtido da diferença entre o material usado para cunhar moeda e o valor de face da moeda criada. (N.T.)

24. A importância da *seigniorage* é tratada por G. CARCHEDI em “Imperialism, Dollarization and the Euro”, in Leo PANITCH e Colin LEYS (orgs.), *Socialist Register 2002*, London, Merlin Press, 2001, 153-174.

ziu uma crise fiscal do Estado (culminando na espetacular falência da cidade de Nova York em 1975). Para completar, a força competitiva das indústrias revividas do Japão e da Alemanha Ocidental afetou, e em algumas áreas chegou a superar, o domínio norte-americano na produção. A emulação no setor da manufatura estava cortando uma das principais pernas da hegemonia dos Estados Unidos — sua posição econômica parecia insustentável. Dólares excedentes inundaram o mercado mundial, e toda a arquitetura financeira do sistema de Bretton Woods entrou em colapso.

A hegemonia neoliberal, 1970-2000

Surgiu então um novo tipo de sistema, em larga medida sob tutela norte-americana. Abandonou-se o ouro como base material dos valores monetários e desde então o mundo tem tido de conviver com um sistema monetário desmaterializado. Fluxos de capital monetário, que já percorriam livremente o mundo por meio do mercado do eurodólar (dólares mantidos nos Estados Unidos que podiam ser emprestados alhures), viriam a ser totalmente liberados do controle dos Estados. O conluio (hoje documentado) entre a administração Nixon e os sauditas e iranianos para elevar loucamente em 1973 os preços do petróleo prejudicou muito mais as economias européias e japonesa do que os Estados Unidos (que na época não dependiam muito das reservas do Oriente Médio). Os bancos norte-americanos (em vez do FMI, que era o agente preferido das outras potências capitalistas) obtiveram o privilégio monopolista de reciclar petrodólares na economia mundial, trazendo de volta para casa o mercado do eurodólar²⁵. Nova York tornou-se o centro financeiro da economia global, o que, associado à desregulação interna dos mercados financeiros, permitiu que a cidade se recuperasse de sua crise e florescesse até o ponto da incrível opulência e do consumo ostensivo da década de 1990.

Ameaçados no campo da produção, os Estados Unidos reagiram afirmando sua hegemonia por meio das finanças. Porém, o funcionamento eficaz desse sistema exigia que se forçasse os mercados em geral e os mercados de capital em particular a se abrir ao comércio internacional (um processo lento que requereu uma implacável pressão norte-americana sustentada no uso de alavancas internacionais como o FMI, e um compromisso igualmente implacável com o neoliberalismo na qualidade

de nova ortodoxia econômica). Isso também envolveu a passagem do equilíbrio de poder e de interesses no seio da burguesia das atividades produtivas para as instituições de capital financeiro. O poder financeiro podia ser usado para disciplinar movimentos da classe operária. Surgiu a oportunidade de lançar um ataque frontal ao poder do trabalho e de reduzir o papel de suas instituições no processo político. A primeira ação do presidente Reagan foi destruir o forte poder coletivo [do sindicato] dos controladores do tráfego aéreo (PATCO), o que foi uma advertência ao movimento operário de que sofreria igual destino caso algum outro grupo de trabalhadores fizesse greve. Uma onda de militância operária varreu o mundo capitalista avançado no final dos anos 1970 e nos anos 1980 (com os mineiros na proa tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos), quando movimentos da classe operária em todo o mundo se empenharam em preservar os ganhos obtidos nos anos 1960 e no começo dos anos 1970. Em retrospecto, podemos ver isso antes como uma ação de retaguarda destinada a preservar condições e privilégios obtidos no âmbito e na área de influência da reprodução expandida e do Estado do bem-estar social do que como um movimento progressista voltado para mudanças transformadoras. Essa ação de retaguarda em larga medida fracassou. A subsequente desvalorização do poder do trabalho e a consistente degradação relativa da condição da classe operária nos países capitalistas avançados tiveram então como paralelo a formação de um proletariado imenso, amorfo e desorganizado em boa parte do mundo em desenvolvimento. Isso gerou uma pressão descendente sobre as taxas de salário e as condições de trabalho em toda parte. Forças de trabalho de baixa remuneração facilmente exploradas associaram-se à crescente facilidade de mobilidade geográfica da produção na abertura de novas oportunidades de emprego lucrativo de capital excedente. Mas em pouco tempo isso exacerbou em todo o mundo o problema da produção de capital excedente. Mesmo assim, o desemprego se elevou e as taxas de salário e a militância da classe operária foram contidas. O endividamento crônico do Estado gerou todo tipo de oportunidades de atividade especulativa, o que, por sua vez, tornou o poder do Estado mais vulnerável a influências financeiras. Em suma, o capital financeiro passou ao centro do palco nessa fase da hegemonia norte-americana, tendo podido exercer certo poder disciplinar tanto sobre os movimentos da classe operária como sobre as ações do Estado, em particular quando e onde o Estado assumiu dívidas de monta.

Toda essa mudança não teria tido o efeito que teve não fosse a ação de uma bateria de mudanças tecnológicas e organizacionais que permitiu que a manufatura se tornasse muito mais fluida e flexível. As reduções no

25. P. GOWAN, *The Global Gamble: Washington's Faustian Bid for World Dominance*, London, Verso, 1999.

custo do transporte, associadas a mudanças políticas promovidas pelos governos de todos os níveis com vistas a oferecer um clima positivo aos negócios e a cobrir parte dos custos fixos da relocação, promoveram o tipo de mobilidade geográfica do capital produtivo na qual o capital financeiro crescentemente hipervolátil podia se alimentar. Embora a mudança para o poder financeiro tenha trazido muitos benefícios diretos para os Estados Unidos, os efeitos em sua estrutura industrial foram nada menos que traumáticos, se não catastróficos. A produção em outros países tornou-se possível e a busca de lucros a tornou provável. Onda após onda de desindustrialização atingiram indústria após indústria e região após região no interior dos Estados Unidos, no começo afetando bens de baixo valor adicionado (como os produtos têxteis), mas passo a passo atingindo a escala mais alta do valor adicionado em setores como o aço e os estaleiros e alcançando as importações de alta tecnologia, especialmente vindas das regiões leste e sudeste da Ásia. Mesmo a Chrysler teve de ser resgatada (na prática, nacionalizada por um curto período) da falência pelo governo federal. Os Estados Unidos foram cúmplices do solapamento de seu domínio na manufatura ao desencadear por todo o globo os poderes das finanças. Mas o benefício foram bens cada vez mais baratos de outros países para alimentar o consumismo interminável com que o país estava comprometido. A dependência norte-americana do comércio externo estava em ascensão e a necessidade de instaurar e proteger relações comerciais assimétricas veio para o primeiro plano como objetivo essencial do poder político.

Por volta de 1980, ficou claro que a produção dos Estados Unidos passara a ser um entre muitos complexos atuando num ambiente global altamente competitivo, e que a única maneira de o país sobreviver era alcançar a superioridade (em geral temporária) na produtividade e no projeto e desenvolvimento de produtos. Para resumir, os Estados Unidos já não eram hegemônicos. Era necessária a ajuda do governo (como foi o caso do Acordo Plaza de 1985, em que o governo aceitou depreciar o dólar com relação ao iene para tornar mais competitivas as exportações de produtos manufaturados dos Estados Unidos — tática que teve de ser revertida nos anos 1990, quando a produção japonesa estagnou). Alguns setores especiais — os agronegócios e a defesa, por exemplo — estavam imunes, mas os outros foram obrigados a fazer ajustes radicais em tudo — de técnicas de produção a relações de trabalho. Nas áreas em que as empresas dos Estados Unidos permaneceram fortes, a passagem à produção externa de componentes ou mesmo de produtos inteiros deslocou uma quantidade maior de capacidade produtiva para fora das fronteiras

do país, ainda que a repatriação de lucros tenha mantido a riqueza fluindo para dentro delas. Em outras áreas, os privilégios de monopólio vinculados com tecnologias patenteadas e leis de licenciamento ofereceram um bem-vindo alívio da drenagem do domínio norte-americano na produção. Os Estados Unidos estavam caminhando para ser uma economia rentista com relação ao resto do mundo e uma economia de serviços no nível doméstico. Não obstante, uma parcela suficiente de riqueza afluía para dar continuidade ao consumismo, que sempre fora a base da paz social.

No nível internacional, o capital financeiro mostrou-se cada vez mais volátil e predatório. Vários surtos de desvalorização e destruição de capital viviam a ocorrer (em geral, pelas boas graças dos programas de ajuste estrutural do FMI) como antídoto para a incapacidade de manter a fluidez da acumulação do capital por meio da reprodução expandida. Em alguns casos, na América Latina, nos anos 1980, por exemplo, economias inteiras foram varridas e seus ativos recuperados pelo capital financeiro dos Estados Unidos. Em outras, ocorreu, de maneira mais simples, uma exportação da desvalorização. O ataque dos fundos de derivativos [*hedge*] às moedas indonésia e *thai* em 1997, apoiado pelas agressivas políticas deflacionárias exigidas pelo FMI, levou à falência mesmo empreendimentos viáveis por todo o Leste e o Sudeste asiáticos. O resultado disso foram o desemprego e o empobrecimento de milhões de pessoas. Do mesmo modo, essa crise também desencadeou convenientemente uma fuga para o dólar, confirmando o domínio de Wall Street e gerando uma incrível expansão dos ativos para os abastados dos Estados Unidos. As lutas de classes começaram a se concentrar ao redor de questões como os ajustes estruturais impostos pelo FMI, as atividades predatórias do capital financeiro e a perda de direitos gerada pela privatização. O tom do antiimperialismo começou a deslocar-se para o antagonismo aos principais agentes da “financeirização” — com o FMI e o Banco Mundial apontados diretamente.

As crises da dívida em países específicos (dois terços dos membros do FMI passaram por uma crise financeira a partir de 1980, alguns deles mais de duas vezes) puderam contudo ser usadas para reorganizar as relações sociais de produção internas em cada país em que ocorreram, de modo a favorecer a maior penetração dos capitais externos²⁶. Assim, regimes financeiros domésticos, mercados de produtos domésticos e empresas domésticas florescentes foram obrigadas a abrir-se à absorção por empresas americanas, japonesas e européias. Isso permitiu que os lucros

26. *Ibid.*, 49, sobre a frequência das crises da dívida.

baixos nas regiões nucleares fossem suplementados pela apropriação dos lucros mais altos obtidos no exterior. Aquilo que denomino “acumulação via espoliação” (ver capítulo 4) tornou-se uma característica bem mais central no âmbito do capitalismo global (com a privatização como um de seus elementos-chave). A resistência nessa esfera, em vez de ocorrer por meio das lutas trabalhistas tipicamente desencadeadas pela reprodução expandida, tornou-se mais central no âmbito do movimento anticapitalista e antiimperialista.

Embora centrado no complexo Wall Street–Tesouro norte-americano, o sistema apresentava inúmeros aspectos multilaterais. Os centros financeiros de Tóquio, Londres, Frankfurt e muitos outros lugares se encarregaram de parte da ação à medida que a “financeirização” lançava sua rede por todo o mundo, concentrando-se num conjunto hierarquicamente organizado de centros financeiros e numa elite transnacional de banqueiros, corretores de ações e financistas. Isso estava associado à emergência de corporações capitalistas transnacionais que, ainda que pudessem ter sua base em uma ou outra nação-Estado, se disseminaram pelo mapa do mundo de maneiras impensáveis em fases anteriores do imperialismo (os trustes e cartéis que Lenin e Hilferding descreveram estavam todos ligados muito estreitamente a nações-Estados particulares). Esse foi o mundo que a Casa Branca de Clinton, com seu secretário do Tesouro todo-poderoso, Robert Rubin, originário do segmento especulador de Wall Street, buscou administrar por meio de um multilateralismo centralizado (cujo epítome foi o chamado “Consenso de Washington” da metade dos anos 1990). O multilateralismo se organizou cada vez mais ao redor de uma regionalização da economia global governada por uma estrutura triádica formada pela América do Norte (NAFTA — Associação de Livre Comércio da América do Norte), pela Europa (a União Européia) e pela confederação mais frouxa de interesses construída ao redor de relações comerciais no Leste e no Sudeste asiáticos. Com o fortalecimento das regras básicas neoliberais dos mercados financeiros abertos e do acesso relativamente livre, parecia haver pouco perigo de essas configurações regionais recaírem na autarquia competitiva que se mostrara tão destrutiva antes da Segunda Guerra Mundial e tivera importante papel na instalação da base da guerra intercapitalista. No âmbito dessa estrutura triádica, parecia contudo claro que os Estados Unidos ainda mantinham as principais cartas em virtude de seu imenso mercado consumidor, seu poder financeiro avassalador e sua reserva de força militar incontestada.

E, formando o ápice de tudo isso, o final da Guerra Fria removeu subitamente uma ameaça de longa data ao terreno da acumulação do capital global. A burguesia coletiva tinha de fato herdado a terra. Fukuyama profetizou que o fim da história estava próximo. Teve-se por um breve momento a impressão de que Lenin estava errado e de que Kautsky poderia estar certo — um ultra-imperialismo baseado numa colaboração “pacífica” entre todas as grandes potências capitalistas (agora simbolizado pelo chamado G-7, ampliado para G-8 a fim de incorporar a Rússia, embora sob a hegemonia da liderança dos Estados Unidos) era possível —, bem como de que o caráter cosmopolita do capital financeiro (simbolizado pelas reuniões do Fórum Econômico Mundial em Davos) seria sua ideologia de base²⁷.

Mas seria errôneo pensar que esse poder financeiro, impressionante como definitivamente era, fosse onipotente e capaz de impor sua vontade de maneira irrestrita. É da própria natureza da “financeirização” ser perpetuamente vulnerável com relação à produção de valor na atividade industrial e agrícola. Em meio a toda a destruição e desvalorização, surgiram novos e importantes complexos de produção industrial. No Leste e no Sudeste asiáticos, por exemplo, complexos regionais como os do delta do rio Pearl (Guangdong), na China, ou economias politicamente orquestradas como Cingapura e Taiwan, não só se mostraram propensos a adaptar-se às pressões financeiras, mas foram mesmo capazes de criar uma força de oposição que demonstrou a vulnerabilidade do capital financeiro — então fortemente concentrado tanto nos Estados Unidos como na Europa e no Japão — à produção de valores reais. O fato de muitos desses complexos de produção industrial serem regionalmente concentrados num Estado, ou mesmo, em alguns casos, entre Estados, tem considerável relevância, por razões de que trataremos no capítulo 3. Surgiam nos interstícios dos mundos da produção sutis linhas de contra-ataque à hegemonia norte-americana no campo das finanças. E o sinal disso foi o acúmulo de superávits na balança comercial, em particular no Leste e no Sudeste asiáticos. Mas a reciclagem desses superávits de volta ao sistema financeiro fez parecer que Wall Street ainda era o centro operacional do universo das finanças. Embora tivesse havido, portanto, fases (como a dos anos 1980) em que a hegemonia dos Estados Unidos foi abertamente questionada no plano doméstico e externo, por volta do final dos anos

27. P. ANDERSON (“Internationalism: A Breviary”, *New Left Review*, 14 de março de 2002, 20) observa que “um cenário que lembra a visão de Kautsky” tinha de vir a acontecer e que teóricos liberais, como Robert Keohane, por exemplo, já haviam percebido a ligação.

1990, boa parte dessa dúvida se havia dissipado. A segurança dos Estados Unidos e seu domínio financeiro nos negócios do mundo estavam garantidos. A explosão dos valores dos ativos no interior do país e a ascensão de uma “nova economia” erigida em torno de ganhos de produtividade supostamente fortes e toda uma teia de empresas “virtuais” [*dot.com*] mantinham a economia norte-americana com um crescimento rápido o bastante para arrastar o resto do mundo na obtenção de taxas respeitáveis de acumulação do capital. O consumismo, a regra de ouro da paz interna dos Estados Unidos, sofreu uma expansão em níveis estonteantes tanto no país como em outros centros do capitalismo avançado.

Esse sistema vê-se agora em sérias dificuldades. Tal como em 1973-1975, as causas são múltiplas, ainda que, desta vez, a volatilidade e a fragmentação caótica dos conflitos de poder no âmbito da vida político-econômica tornem difíceis discernir o que está ocorrendo por trás de todo o jogo de sombras e espelhos (particularmente do setor financeiro). Mas, na medida em que a crise de 1997-1998 revelou que o principal centro de capacidade produtiva excedente estava no Leste e no Sudeste asiáticos (e buscou lançar a desvalorização de modo singular naquela região), a rápida recuperação de algumas partes do capitalismo dessa região (a Coréia do Sul em particular) fez que o problema geral da capacidade excedente (sobrecumulação) voltasse ao primeiro plano das questões globais. O colapso da tão celebrada “nova economia” num amontoado de empresas “virtuais” falidas nos Estados Unidos, a que se seguiram escândalos contábeis que revelaram dramaticamente que o capital “fictício” poderia com demasiada facilidade permanecer irresgatável, não só solapou a credibilidade de Wall Street, mas pôs em questão o relacionamento entre capital financeiro e produção. A ameaça de uma desvalorização exagerada do capital estava pairando e, com a queda dos ativos, havia sinais tangíveis de ela já estar se realizando (de modo mais dramático com respeito aos fundos de pensão, que se viram em crescentes dificuldades para atender a suas obrigações).

Ou se abrem novas arenas de acumulação lucrativa do capital (como a China) ou, se isso não der certo, haverá uma nova fase de desvalorização do capital. A pergunta passa a ser: quem vai suportar o principal ônus dessa nova fase de desvalorização? Onde vai estar o epicentro? Nesses termos, a tendência de “regionalização” no âmbito da economia global mostra-se mais preocupante. Ecos da competição geopolítica que se mostrou tão destrutiva nos anos 1930 começam a ser ouvidos. O abandono norte-americano do espírito, se não da letra, das regras da OMC contra o protecionismo, por meio da imposição de tarifas às importações

de aço em 2002, foi um sinal particularmente mau. A explosão da bolha especulativa revelou a vulnerabilidade dos Estados Unidos à desvalorização. A recessão em aceleração, evidente no começo de 2001, após mais ou menos uma década de exuberância espetacular (embora “irracional”) e ávido consumismo, ofereceu mais provas dessa vulnerabilidade bem antes do golpe administrado ao sistema pelos eventos de 11 de setembro. Estava a regra de ouro da incessante marcha ascendente do consumismo dos Estados Unidos prestes a ser quebrada?

Uma importante falha geológica de instabilidade está na rápida deterioração da situação do balanço de pagamentos dos Estados Unidos. “A mesma onda inexorável de importações que moveu a economia mundial” durante a década de 1990, escreve Brenner, “levou os déficits comercial e de conta corrente dos Estados Unidos a níveis recordes, produzindo o crescimento historicamente sem precedentes de obrigações para com proprietários externos” e a “vulnerabilidade historicamente sem precedentes da economia norte-americana à fuga de capitais e a um colapso do dólar”²⁸. Essa vulnerabilidade, contudo, está dos dois lados. Se o mercado dos Estados Unidos entrar em colapso, as economias que buscam nesse mercado a saída para sua capacidade produtiva excedente também entrarão. A alacridade com que os banqueiros centrais de países como a China, o Japão e Taiwan emprestam para cobrir déficits norte-americanos contém um forte elemento de interesse próprio: assim agindo, eles fornecem fundos para o consumismo dos Estados Unidos, que constitui o mercado para seus produtos. Eles podem agora ver-se mesmo fornecendo fundos para o esforço de guerra dos Estados Unidos.

Não obstante, a hegemonia e o domínio dos Estados Unidos estão mais uma vez sob ameaça, e desta vez o risco parece maior. Suas raízes estão no emprego desequilibrado do capital financeiro como meio de afirmar a hegemonia. Historicamente, assinala Arrighi (seguindo Fernand Braudel), expansões financeiras indicam “não apenas a maturidade de uma etapa particular de desenvolvimento da economia mundial capitalista como também o começo de uma nova etapa”²⁹. Se a “financeirização” é um prelúdio provável a uma transferência do poder dominante de um *hegemon* a outro (como tem sido o caso ao longo da história), a virada norte-americana para a “financeirização” nos anos 1970 parece ter sido uma manobra peculiarmente autodestrutiva. Os déficits (tanto internos

28. R. BRENNER, *The Boom and the Bubble: The U.S. in the World Economy*, London, Verso, 2002, 3.

29. ARRIGHI, SILVER, *Chaos and Governance*, 31-33.

como externos) não podem continuar indefinidamente em sua espiral de descontrole, e a capacidade e a propensão dos outros países (primordialmente na Ásia) para financiá-los não são inexauríveis. É impressionante o imenso volume de apoio aos Estados Unidos, que chegou a 2,3 bilhões de dólares por dia no começo de 2003. Qualquer outro país do mundo que apresentasse semelhante condição macroeconômica estaria a essa altura submetido à impiedosa austeridade e a procedimentos de ajuste estrutural do FMI. Mas o FMI são os Estados Unidos. Como observa Gowan: "A capacidade de Washington para manipular o preço do dólar e explorar o domínio financeiro internacional de Wall Street permitiu que as autoridades norte-americanas evitassem o que outros Estados têm tido de fazer: controlar o balanço de pagamentos; ajustar a economia doméstica para garantir altos níveis de poupança e investimentos domésticos; controlar os níveis de endividamento público e privado; garantir um sistema doméstico eficaz de intermediação financeira que sustente o forte desenvolvimento do setor produtivo doméstico". A economia dos Estados Unidos tem tido "uma rota de fuga de todas essas tarefas" e, "em termos de todos os parâmetros normais da contabilidade nacional capitalista", tornou-se por isso "profundamente distorcida e instável"³⁰.

O poder do complexo Wall Street-Tesouro-FMI está, com respeito a um sistema financeiro coercitivamente imposto, instaurado em torno do chamado Consenso de Washington e mais tarde desenvolvido por meio da construção de uma nova arquitetura financeira internacional, numa relação tanto de simbiose como de parasitismo. Como diz Soederberg, trata-se claramente de um "anexo do Estado norte-americano", ainda que também sirva aos interesses da "burguesia transnacional como um todo"³¹. Porém o disciplinamento, e mesmo a destruição, dos Estados "desenvolvimentistas" centrados no Leste e no Sudeste asiáticos torna tentador arrebatentar o sistema, mais ou menos como fez a Malásia, ao abandonar, subitamente e com bastante sucesso, as regras neoliberais, recusar a disciplina do FMI e impor controles de capitais do tipo que desde os anos 1960 não mais se viram. Não está claro o ponto até o qual o sistema descrito pode ir antes de se formarem alianças regionais que optem por estar fora dele, enfiando assim uma estaca no coração do Consenso de Washington

30. GOWAN, *The Global Gamble*, 123.

31. S. SOEDERBERG, "The New International Financial Architecture: Imposed Leadership and 'Emerging Markets'", in PANITCH, LEYS (orgs.), *Socialist Register 2002*, 175-192.

e solapando a estrutura da nova arquitetura financeira que até o momento tem sido vantajosa aos Estados Unidos. Nem que, como mostram as tarifas das importações de aço, o país vá seguir as regras. Quanto a isso, vale a pena lembrar da ratificação pelo Senado dos Estados Unidos do Acordo da OMC com a ressalva de que o país poderia ignorar e recusar toda regra da OMC considerada fundamentalmente injusta do ponto de vista dos interesses norte-americanos (exemplo do hábito familiar que têm os Estados Unidos de supor-se portadores do direito de ser tanto juiz como júri).

Para completar, evidenciam-se em toda parte a resistência e o ressentimento com relação ao poder do complexo Wall Street-Tesouro-FMI. Um movimento mundial antiglobalização (bem diferente quanto à forma das lutas de classes do âmbito dos processos de reprodução expandida) está se metamorfoseando num movimento de globalização alternativa com um forte apoio em movimentos de base. Movimentos populistas contra a hegemonia norte-americana da parte de potências antes docilmente subordinadas, particularmente na Ásia (sendo exemplo disso a Coreia do Sul), mas também, recentemente, na América Latina, ameaçam transformar a resistência de base comunitária numa série de resistências lideradas pelo Estado, se não intensamente nacionalistas, à hegemonia norte-americana. Essas são as condições em que o antiimperialismo começa a assumir um aspecto diferente que ajuda por sua vez a definir com mais nitidez, no âmbito dos Estados Unidos, qual poderá ser seu próprio projeto imperialista caso pretenda preservar sua posição hegemônica. Se a hegemonia se enfraquece, há o perigo de um recurso a táticas bem mais coercitivas do tipo que ora testemunhamos no Iraque.

Opções

São limitadas as opções dos Estados Unidos. Embora não identifiquem nenhuma ameaça externa séria, Arrighi e colegas concluem de fato, preocupantemente, que o país

tem bem mais condição do que a Inglaterra há um século de converter sua hegemonia em declínio numa dominação exploradora. Se o sistema vier a ruir, a razão primordial será a resistência norte-americana ao ajuste e à acomodação. E, inversamente, o ajuste e a acomodação norte-americanas ao poder econômico ascendente da região do Leste da Ásia

são uma condição essencial para uma transição não-catastrófica a uma nova ordem mundial³².

A mudança do governo Bush para o unilateralismo, a coerção em vez do consentimento, para uma visão imperial bem mais declarada e para o recurso ao seu poder militar irresistível indica uma abordagem de alto risco à sustentação do domínio norte-americano, quase certamente concretizada mediante o controle militar dos recursos globais de petróleo. Como isso ocorre em meio a vários indícios de perda de domínio nos campos da produção e, agora (embora até este momento de modo menos claro), das finanças, é forte a tentação de lançar-se ao domínio explorador. Se isso vai ou não levar a uma ulterior ruptura catastrófica do sistema (talvez por um retorno ao cenário traçado por Lenin de competição violenta entre blocos de poder capitalista), é algo difícil até de imaginar e mais ainda de prever.

Porém, os Estados Unidos poderiam reduzir o grau de, se não renunciar à, sua trajetória imperialista envolvendo-se numa vasta redistribuição de riqueza dentro de suas fronteiras e num redirecionamento dos fluxos de capital para a produção e a renovação das infra-estruturas físicas e sociais (amplas melhorias da educação pública e a restauração de infra-estruturas patentemente em colapso seriam um bom ponto de partida). Uma estratégia industrial de revitalização de seu setor produtivo ainda substancial também seria de ajuda. Se se quiser que vá bem longe, essa estratégia implicaria igualmente uma reorganização interna das relações de poder de classe e medidas de transformação incidentes sobre as relações sociais de um tipo que os Estados Unidos têm se recusado sistematicamente a contemplar desde a Guerra Civil. O consumismo privado subsidiado pelo Estado teria de ser substituído por projetos orientados para o bem-estar público. Contudo, isso iria exigir um financiamento ainda maior de déficits e/ou uma maior taxação, bem como um forte direcionamento pelo Estado, o que é precisamente aquilo que as forças da classe dominante dos Estados Unidos se recusam obstinadamente até mesmo a considerar como possibilidade; todo político que propuser um tal “pacote” será execrado pela imprensa capitalista e seus ideólogos, e com a mesma certeza perderá toda eleição por ter contra si o avassalador poder do dinheiro. Mas, ironicamente, na atual conjuntura, um contra-ataque amplo no interior do país e em outros países nucleares do capitalismo (na Europa em particular) à política do neoliberalismo e ao corte de

gastos sociais e do Estado poderia ser uma das únicas maneiras de proteger internamente o capitalismo de suas tendências autodestrutivas e de propensão à crise. Um novo “New Deal” é o mínimo dos mínimos, mas de modo algum é certo que funcione de fato diante da acachapante capacidade excedente que o sistema global apresenta. É salutar lembrar as lições dos anos 1930: há bem poucas provas de que o “New Deal” de Roosevelt tenha resolvido o problema da Grande Depressão. Foi necessário o esforço de guerra entre Estados capitalistas para realinhar as estratégias territoriais de modo a lançar outra vez a economia numa trilha estável de acumulação do capital contínua e disseminada.

Seria ainda mais politicamente suicida, no âmbito dos Estados Unidos, tentar instaurar por meio da autodisciplina o tipo de programa de austeridade que o FMI tipicamente impõe aos outros países. Todo esforço de potências externas no sentido de fazê-lo (mediante a fuga de capitais e o colapso do dólar, por exemplo) iria por certo levar a uma violenta reação política, econômica e mesmo militar. É difícil imaginar que os Estados Unidos aceitassem pacificamente o fenomenal crescimento do Leste da Ásia, se adaptassem a ele e reconhecessem, como Arrighi sugere que deveriam, que estamos em meio a uma grande transição para a Ásia como o centro hegemônico do poder global. É improvável que os Estados Unidos aceitassem calma e tranquilamente semelhante situação. Seja como for, isso implicaria uma radical reorientação — e dela já existem alguns indícios (como veremos no capítulo 3) — do capitalismo leste-asiático de sua dependência do mercado norte-americano ao cultivo de um mercado interno na própria Ásia. A gradual retirada de fundos dos Estados Unidos teria conseqüências calamitosas. Mas o endividamento em constante expansão constitui uma maneira perigosa de manter vivo o consumismo no interior do país, para não falar de pagar uma guerra. A lição da crise de 1973-1975 foi que, em algum ponto, a lógica capitalista vai ter conseqüências tenebrosas e expor a impossibilidade de uma estratégia interminável de “armas e manteiga”.

É nesse contexto que vemos o governo Bush buscando usar os músculos militares como o único poder absoluto claro que lhe resta. O discurso declarado sobre o império como opção política busca presumivelmente encobrir a extração de tributos imposta ao resto do mundo sob uma retórica da promoção da paz e da liberdade para todos. O controle das reservas de petróleo proporciona um meio conveniente de se contrapor a toda ameaça de mudança de poder — tanto econômico como militar — na economia global. A atual situação sugere uma repetição dos eventos de 1973, dado que a Europa e o Japão, bem como o Leste e o Sudeste asiá-

32. ARRIGHI, SILVER, *Chaos and Governance*, 288-289.

ticos (agora incluindo como ator crucial a China), dependem ainda mais do petróleo do Golfo do que os Estados Unidos. Se estes tiverem sucesso na produção da derrubada de Chávez e de Saddam, se puderem estabilizar ou reformar o regime saudita armado até os dentes, hoje fundado nas areias instáveis do regime autoritário (e em risco iminente de cair nas mãos do Islã radicalizado), se puderem passar (como parece possível) do Iraque ao Irã, e consolidar sua posição na Turquia e no Uzbequistão como presença estratégica com relação às reservas de petróleo da bacia do mar Cáspio (que os chineses tentam desesperadamente controlar), então, mediante o firme controle da torneira do petróleo, poderão alimentar a esperança de manter um efetivo controle sobre a economia global e garantir seu próprio domínio pelos próximos cinquenta anos. Porém muito depende também, como observou Friedman nas passagens citadas na Introdução, da possibilidade de os Estados Unidos persuadirem o mundo de que estão ocupando um papel de liderança, voltados para desenvolver o poder coletivo ao agir como garantidores dos suprimentos de petróleo para todos, em vez de agir com base em estreitos interesses próprios, voltados para garantir sua posição a expensas dos outros. Em resumo: estão eles recorrendo ao domínio por meio da coerção ou exercendo a liderança mediante a hegemonia? A tática mais provável é tentar mascarar a primeira opção sob o verniz da segunda. Não obstante, o fato de não terem conseguido obter pleno apoio internacional à invasão do Iraque demonstra que boa parte do mundo desconfia das motivações norte-americanas.

São imensos os perigos dessa estratégia na região do Golfo. A resistência vai ser formidável, não menos da parte da Europa e da Ásia, com a Rússia e a China não muito atrás. A relutância em sancionar a invasão militar norte-americana do Iraque na ONU, particularmente da França, da Rússia e da China (que obteve acesso à exploração do petróleo iraquiano na década de 1990), o ilustra. É a dinâmica interna das lutas antiamericanas na região do Golfo é tão imprevisível quanto complexa. O potencial destabilizador de toda a região que vai do Paquistão ao Egito é considerável. A concepção presunçosa de que toda a estrutura do poder político e da organização territorial na região — tão arbitrariamente criadas pelos britânicos e franceses como efeito colateral do Acordo de Versailles — pode ser refeita e estabilizada sob a liderança dos Estados Unidos e de seus aliados é simplesmente demasiado fora de propósito para ser considerada (ainda que haja estrategistas do governo dos Estados Unidos que parecem crer em sua possibilidade).

É porém aqui que os Estados Unidos têm condições de jogar sua carta mais forte — o domínio militar —, se necessário coercitivamente. Sabemos plenamente, com base nos documentos de planejamento da defesa que vieram à luz no período mais ou menos correspondente à última década, qual é a estratégia política nesse campo. Trata-se de manter a primazia militar a todo custo e de desestimular e resistir à emergência de toda superpotência rival. Será evitada a disseminação de todo tipo de arma de destruição de massa, e os Estados Unidos devem estar preparados para usar a força dissuasiva preventiva caso necessária para alcançar essa meta. Nos anos Clinton, isso se traduziu na capacidade ativa de travar duas guerras regionais ao mesmo tempo (e os exemplos escolhidos com propósitos de planejamento em 1995 foram, sugestivamente, o Iraque e a Coreia do Norte). Mas a doutrina Cheney-Wolfowitz, elaborada inicialmente nos últimos anos do governo Bush precedente e consolidada no Project for the New American Century (que, é digno de nota, repete a manobra utilizada por Luce para disfarçar a territorialidade do império sob a cortina conceitual de fumaça de “século”), foi ainda mais longe. Alianças fixas (como a OTAN) devem ser abandonadas (elas são demasiado restritivas) e devem ser formadas coalizões *ad hoc* caso a caso. Assim, os Estados Unidos não mais se verão obrigados a respeitar as concepções de seus aliados. O país se reserva o direito de seguir sozinho, se necessário com um poder de fogo militar avassalador. Ele reivindica com todas as letras o direito de atacar preventivamente a fim de evitar ataques químicos, biológicos e nucleares, proteger o acesso a matérias-primas estratégicas vitais (como o petróleo) e proteger-se de ataques terroristas ou outras ameaças (como o estrangulamento econômico). O que é deveras interessante nesses documentos de defesa estratégica dos anos de 1991-1992 é o modo como suas prescrições estão sendo seguidas agora. Armstrong, tendo estudado detidamente esses documentos, conclui:

O Plano se destina a levar os Estados Unidos a governar o mundo. O tema declarado é o unilateralismo, mas é em última análise um roteiro de dominação. Ele conclama o país a manter sua superioridade militar irresistível e a evitar que surjam novos rivais capazes de se opor a ele no cenário mundial. Conclama a dominar tanto amigos como inimigos. Não diz que os Estados Unidos têm de ser mais poderosos, ou os mais poderosos, mas que devem ser absolutamente poderosos³³.

33. D. ARMSTRONG, “Dick Cheney’s Song of America: Drafting a Plan for Global Dominance”, *Harper’s Magazine*, 305, outubro de 2002, 76-83.

A ironia de tudo isso, como observa em seguida Armstrong, é que, tendo ajudado a derrubar a União Soviética, os Estados Unidos buscam praticar agora a própria política que fez o “império do mal” ser condenado e encontrar oposição. Os Estados Unidos deveriam, como diz expressivamente Collin Powell, “ser o valentão do pedaço”. O resto do mundo aceitará alegremente isso, afirmou ele, confiante, porque “se pode confiar que [os EUA] não vão abusar desse poder”.

Há nisso outra ironia possível: se o império soviético foi de fato derrubado pelo ônus excessivo imposto à sua economia pela corrida armamentista, irão os Estados Unidos, em sua busca cega do domínio militar, solapar os fundamentos econômicos de seu próprio poder? Os compromissos militares regionais são enormes e estão em ascensão. Os Estados Unidos já gastavam de 4 a 5 bilhões de dólares por ano para patrulhar a região do Golfo antes de a investida militar ter início. O governo Bush já solicitou cerca de 75 bilhões para a guerra, e só até setembro de 2003. É improvável que o custo total seja inferior a 200 bilhões, segundo estimativas plausíveis, sem que se inclua algum desastre inesperado, como a ruptura regional e a guerra civil generalizada. E os Estados Unidos planejam um gasto “normal” com o setor militar que equivale ao de todo o resto do mundo. O perigo da extensão excessiva do império é grande, em particular porque os déficits do orçamento federal pairam como nuvem cada vez maior no horizonte fiscal, e as crises orçamentárias nos níveis estadual e local já estão retirando grande parcela dos recursos de oferecimento de serviços públicos. É então duvidoso que a regra de ouro prevalente desde Roosevelt — a de que as despesas com propósitos imperiais no exterior não devem interferir na espiral interminável do consumismo doméstico — possa ser mantida. Os Estados Unidos não vão ter de sacrificar apenas um sangue precioso em troca de petróleo e da sustentação de uma hegemonia adocida; eles podem ter de sacrificar também todo o seu modo de vida. A lógica capitalista do poder vai fazer em pedacinhos a lógica territorial que ora se busca seguir.

Hegemons regionais e contra-hegemons

A estrutura regional triádica da economia global, que tem a América Norte supostamente no ápice, não é necessariamente uma configuração estável. As estruturas formais estabelecidas pela União Européia parecem oferecer a possibilidade de uma economia européia integrada pelo menos tão ampla e poderosa quanto a dos Estados Unidos. Isso pressagia

no mínimo a formação de um *hegemon* regional e talvez o surgimento de um real concorrente dos Estados Unidos³⁴. A lógica capitalista no interior da União Européia, embora de modo algum espetacular, parece estar funcionando bastante bem. Interligações e relações de rede no interior da economia estão tanto proliferando como se consolidando no espaço europeu. A transição para uma moeda única foi realizada relativamente sem dificuldades, e o potencial de o euro enfrentar o dólar como opção de moeda de reserva, ainda que adormecido, é mesmo assim real (a proposta que fez Saddam de usar em suas vendas de petróleo euros em lugar de dólares pode muito bem ser outra razão relevante para que os Estados Unidos insistissem antes na mudança de regime do que no desarmamento no Iraque). Mas a União Européia é politicamente fragmentada, e sua lógica territorial geral permanece indeterminada. Os Estados Unidos têm todo tipo de instrumentos de dividir para governar e, assim, frustrar o surgimento de toda lógica territorial clara no nível europeu. Eles buscam evitar que surja um “Forte Europa” mediante a dupla estratégia de (a) insistir nas regras do neoliberalismo como a base das relações de troca e dos fluxos de capital (de que decorre a importância da OMC) e (b) manter certos recursos políticos e militares em todo lugar em que possam influenciar a política interna da União Européia. Isso envolve relações bilaterais com Estados europeus individuais em vez de com a Europa como um todo e o cultivo de alianças especiais (por exemplo, com a Inglaterra, a Espanha e a Itália, bem como com a série de países do bloco oriental, com a Polônia no centro, que pretendem ser admitidos na União Européia). Apesar de proporem agora o abandono das alianças fixas, os Estados Unidos ainda se apegam à OTAN, a despeito de sua irrelevância geral, dado o fim da Guerra Fria, em parte porque isso mantém o planejamento e o desenvolvimento militar europeus sob o comando norte-americano. Os Estados Unidos apóiam, por exemplo, a idéia de que a Europa desenvolva sua própria força militar de resposta rápida, mas desde que ela permaneça sob o comando da OTAN. O fato de esta última não corresponder à União Européia é para os Estados Unidos uma clara vantagem, pois dificulta ainda mais a tradução da lógica territorial numa força militar e política coerente.

Divisões na União Européia, principalmente entre países pró-americanos e os que buscam afirmar uma política independente, são neste momento demasiado fortes para que se imagine uma estratégia militar e externa comum. É improvável que a União Européia crie uma base coe-

34. MITTELMAN, *The Globalization Syndrome*.

rente para que sua própria “lógica territorial do poder” se projete no mundo no futuro imediato. Mas as coisas nessa frente podem mudar com rapidez, em particular se o governo norte-americano continuar a abordar a opinião da União Européia com um devastador misto de desdém e grosseira desconsideração. A União Européia por certo constitui um *hegemon* regional, mas seu potencial de rivalizar com os Estados Unidos está hoje restrito às esferas da produção e das finanças.

No presente momento, o desafio ao domínio norte-americano representado pelos países do Leste e do Sudeste asiáticos parece bem mais sério. O poder financeiro e produtivo continua a se acumular na região, drenando o poder tanto da América do Norte como, em menor grau, da Europa. Ao contrário desta última, a região mostra poucos indícios de algum esforço de criação de uma estrutura formal de poder político-militar, e as relações entre Estados são antes em rede do que formais, antes capitalistas que territoriais. Os Estados Unidos, de qualquer maneira, exercem hoje certo nível de controle político e militar sobre os governos do Japão, de Taiwan e, até bem recentemente, da Coreia do Sul, o que dificultaria toda manobra política independente desses países. Logo, embora pareça improvável que se desenvolva na região alguma lógica territorial coerente de poder, o poder da lógica capitalista se mostra cada vez mais avassalador e prospectivamente hegemônico na economia global, em particular tendo em vista que o enorme peso da China e, em menor grau, da Índia entra cada vez mais no cenário. Vamos examinar as conseqüências econômicas dessas mudanças no capítulo 3, mas surge de fato uma questão política e militar, pois a China não é dominada pelos Estados Unidos da mesma maneira como o é o Japão e tem a capacidade de assumir — e, por vezes, parece ter essa propensão — um papel de liderança territorial na região como um todo. A contenção política e militar da China seria tão essencial à manutenção da hegemonia global norte-americana quanto uma política de dividir para governar para a Europa. E, no tocante a isso, o controle das reservas de petróleo do Oriente Médio serviria muito bem aos interesses dos Estados Unidos caso o país viesse a julgar necessário conter ambições geopolíticas chinesas. Há porém nisso tudo um delicado equilíbrio entre manter o mundo aberto o suficiente para permitir que a lógica capitalista se desenvolva relativamente livre de restrições e a manutenção da lógica territorial com estabilidade e limitação suficientes para evitar o surgimento de qualquer contestação de monta ao domínio militar e político dos Estados Unidos.

Essas não são, no entanto, as únicas configurações de poder territorial que se pode imaginar. Embora a relativa fixidez das organizações terri-

toriais milite contra a fluidez, podem ocorrer e de fato ocorrem rápidas mudanças na natureza das alianças. Quando, por exemplo, a política dos Estados Unidos com relação ao Iraque criou no começo de 2003 um vínculo de resistência entre a França, a Alemanha e a Rússia, e até com o apoio da China, tornou-se possível discernir os fracos contornos de um bloco de poder eurasiático que Halford Mackinder previra muito tempo atrás que poderia com facilidade dominar geopoliticamente o mundo. O fato de há muito os Estados Unidos estarem nervosos com a possibilidade de um tal bloco de poder se evidenciou na maneira como o país reagiu fortemente aos acenos de De Gaulle à União Soviética nos anos 1960 e à *Ostpolitik* [política oriental] de Willy Brandt nos anos 1970. Henry Kissinger exprimiu com vigor o fato de os Estados Unidos ainda terem muito a temer desse alinhamento ao observar que este pressagiava uma volta a uma política do equilíbrio de poder típica do século XIX, acrescentando lamuriosamente que, nesse caso, “não está claro que os Estados Unidos venham a perder”, admitindo assim a possibilidade bem real de que eles pudessem vir a perder³⁵. O fato de o governo Bush ter podido gerar uma tão atemorizadora contra-aliança em menos de um ano mostra a rapidez com que podem ocorrer realinhamentos geopolíticos e a facilidade com a qual erros catastróficos podem destruir anos de cuidadoso cultivo de proteções diplomáticas e militares. Nesse sentido, a invasão norte-americana do Iraque assume um significado ainda mais amplo. Não constitui apenas um esforço de controle da torneira global do petróleo e, portanto, de controle da economia global mediante o domínio do Oriente Médio. Constitui igualmente uma forte cabeça de ponte militar norte-americana na massa territorial eurasiática que, quando tomada em conjunto com as alianças que os Estados Unidos procuram firmar da Polônia aos Bálcãs, produz uma forte posição geoestratégica na Eurásia que tem ao menos o potencial de desfazer toda consolidação de um poder eurasiático — que poderia de fato ser o próximo passo da acumulação interminável de poder político que tem sempre de acompanhar a acumulação igualmente interminável do capital.

O final da Guerra Fria implicou claramente que grandes mudanças estavam a caminho. A lógica territorial do poder está em mutação, mas os resultados de modo algum estão estabelecidos de antemão. Também está claro agora que as lógicas territorial e capitalista convivem num estado de alta tensão. Sob Bush, a lógica territorial norte-americana foi tornada

35. Citado em P. TYLER, “Threats and Responses. News Analysis: A Deepening Fissure”, *New York Times*, 6 de março de 2003, 1.

clara, sendo esse o motivo de todo o atual discurso sobre o império e o novo imperialismo ser tão centrado nos Estados Unidos. Mas o equilíbrio de forças em ação na lógica capitalista aponta para direções bem diferentes. O desfecho depende fortemente, por conseguinte, de uma melhor compreensão de como está funcionando a lógica capitalista do poder. É esse aspecto que será tratado no capítulo 3.